



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PERMANENTE DE DEFESA DOS
DIREITOS HUMANOS, CIDADANIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PRESIDENTE: EDUARDO MATARAZZO SUPPLY

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 21/08/2017

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Grafia(s) não confirmada(s)
- Orador não identificado
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens
- Tumulto

NÃO IDENTIFICADO – Bom dia a todos. Mais um dia de luta, mais um dia de perseverarmos na defesa intransigente da política e da assistência social, da LOAS e do SUAS, e eu queria solicitar que a gente pudesse se organizar, para obter os melhores resultados hoje. Nesse sentido, queria pedir que as representações de entidades, de trabalhadores e de usuários dialogassem, nesse momento inicial, em que ainda estamos aguardando algumas autoridades para a composição da Mesa, inclusive o Sr. Secretário, para se articularem, traçar suas falas, quem representa, para que possamos ter, ao longo do dia, falas de trabalhadores, de gestores de organização e também de usuário para contemplar os três segmentos que compõem a sociedade civil e não haver um desequilíbrio preponderante de um ou de outro. Então, que as representações presentes possam dialogar, possam se articular, no sentido de garantir uma equidade nas inscrições entre os segmentos.

Obrigado pela presença de todos e todas. Estamos aguardando a chegada de algumas pessoas da Mesa.

(Pausa Prolongada)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Com a presença das Sras. e Srs. Vereadores Juliana Cardoso, Toninho Vespoli, Aurélio Nomura, Fernando Holiday, Eduardo Tuma, Souza Santos, Fabio Riva, quero declarar aberta a 3ª Audiência Pública da Comissão Extraordinária Permanente de Direitos Humanos. Cidadania e Relações Internacionais.

Informo que essa reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.camara.sp.gov.br, link Auditorios On Line.

O tema da nossa audiência é sobre as alterações na política de assistência social na cidade de São Paulo. Quero aqui registrar a presença tão significativa de todas as pessoas que, algumas que trabalham na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social. Tantas pessoas que observo são assistentes sociais, são dos serviços sociais e prestam serviços para os paulistanos, seja na Secretaria de Assistência Social, seja nas Secretarias afins.

Quero saudar e agradecer a presença do Vereador Alfredinho. Nós vamos ter aqui uma audiência de grande importância.

Quero agradecer a presença do Secretário Filipe Sabará por que será uma oportunidade muito importante de esclarecer sobre todo e qualquer assunto relativo aos temas sobre o estabelecimento de prazos de renovação de convênios a cada 30; a redução dos recursos destinados à assistência social; a publicação da portaria 41, que altera o atendimento à população em situação de rua; o fechamento de serviço e diminuição na estrutura da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; a relação entre o Governo e instâncias de participação; a Retaliação a servidores do SMADS; temas que constarão do requerimento que a querida Vereadora Juliana Cardoso colocou, deu entrada e foi por todos nós aprovado.

Queremos convidar para compor a mesa o Sr. Secretário Filipe Sabará.

Vou perguntar se já estão presentes: o Secretário Caio Megale, da Fazenda. S.Exa. foi convidado. Se puder vir, será bem-vindo. Carlos Weiss, da Defensoria Pública. Acho que ainda não chegou. André Victor de Freitas, do Ministério Público; Alderon Costa, da Defensoria Pública; Fernanda Campana, do Conselho Municipal de Assistência Social; Alan Francisco Carvalho, do Fórum de Assistência Social; Eduardo Dias de Souza Ferreira, Ministério Público da área de Infância e Juventude; Eduardo Ferreira Valério, do Ministério Público e Direitos Humanos; Felipe Baso Torres, Frente em Defesa do SUAS. Sejam bem-vindos.

Agradeço e anunciar que estão fazendo libras o Marco Antônio Ramos e a Patrícia Cardoso. Sejam muito bem-vindos para este importante trabalho que registra para todos aqueles, inclusive pelo sistema de televisão, que tem alguma deficiência auditiva.

Quero dar as boas-vindas a Vereadora Edir Sales. Consulto o Sr. Secretário Felipe Sabará se podemos organizar a audiência da seguinte forma:

Convidar as entidades presentes, são aquelas pessoas que convidei á mesa, para fazer indagações, observações sobre Assistência Social, poderíamos, como são muitos

vereadores presentes, proponho o seguinte: vamos alternar uma entidade e um vereador e uma vez, todos os Srs. Vereadores que desejarem fazer perguntas e as entidades, alternando-as, abriremos a palavra para o Sr. Secretário Felipe Sabará que fará sua exposição e daí abriremos a possibilidade dos presentes estarem aqui.

Com a palavra o defensor público Alderon Costa.

O SR. ALDERON COSTA – Bom dia a todos. Chegamos aqui hoje, porque estamos vindo nessa de uma rotina de violação de direitos constantes e a nossa preocupação, acredito ser a preocupação de todos, de todas as entidades, servidores, trabalhadores sociais, usuários e usuários da política pública, estão aqui hoje, porque estão preocupados com essa violação constante e a falta de solução mais efetiva para a situação dos mais pobres dessa cidade. Por isso estamos aqui hoje.

Nobre Vereador Suplicy agradeço, e em nome de V.Exa. agradeço a todos os Sr. Vereadores que pela terceira vez nos convida, nos convocam, - V.Exa. não nos convidam, nos convocam – V.Exa. não nos convidam , nos convocam, para estar aqui, trazer os problemas que a Cidade de São Paulo tem, para tentar uma solução. Sempre nessa perspectiva que V.Exa. tem trabalhado e aqui, quero fazer minha fala, e dirijo especialmente a Secretaria de Assistência Social, que tem sido um grande entrave para a conquista de direitos, até porque a cidade colocou nas mãos da Secretaria de Assistência Social todo o problema da Cidade de São Paulo, ela divide com a Polícia Militar e com a GCM os problemas da Cidade de São Paulo.

Esse é um dos grandes que temos. depois temos o problema da terceirização daquilo que deveria ser o dever do Município. Há uma grande terceirização, há uma grande privatização do serviço público. Essa questão a gente já vem trazendo em várias outras audiências, os convênios são precarizados desde a sua origem. Isso a gente vem falando, não é de agora. Eles dizem que as organizações é uma máfia, dizem que as organizações fazem um trabalho péssimo, E aqui quero dar um testemunho pessoal, o esforço de muita gente, o

esforço dos trabalhadores, das trabalhadoras em primeiro lugar, que se sacrificam. Às vezes a hora de ver a questão do sacrifício, o primeiro a ser chamado a fazer o sacrifício, são os usuários, as usuárias, e depois os trabalhadores. A coisa vem de baixo para cima que deveria vir ao contrário.

Para não tomar muito tempo, a minha questão aqui Secretário e pela sua presença, aqui, tive a oportunidade de ter uma conversa com o Secretário logo no início da gestão, aqui quero reforçar o que conversamos lá. As organizações sociais, os serviços de assistência social eles precisam ser revisto. Isso não há dúvida alguma. Mas eles precisam ser revistos dentro de um processo de participação, dentro de um processo de respeito a todos os órgãos, inclusive, a algumas que estão aqui, temos recebido varias reclamações na Ouvidoria de que o COMAS está sendo desrespeitado, assim como a Ouvidoria também esta sendo desrespeitada. Então a primeira atitude é respeitar os órgãos públicos assim como nós temos o maior respeito pela pessoa indicada pelo Prefeito como Secretário.

Esse dialogo, esse respeito mutuo é importante. Para mim esse é o primeiro passo a ser dado para iniciar qualquer mudança. As mudanças que chegam em cima da hora, não serão aceitas e não podem ser aceitas. Elas precisam passar por um processo. Cada um tem uma história. No serviço, tem um vinculo. A organização social tem compromissos legais, inclusive, trabalhistas. Elas não podem, de repente, mudar. E esse governo de 30 dias, é um absurdo, não estou de acordo. Acho que não podemos ter essa precarização dos serviços.

Essas são algumas das questões que queria levantar, e a outra, ai é mais ampla, e temos feito essa discussão que não dá para continuar com essas politicas que temos aqui hoje. Essas politicas não são efetivas. Temos de avançar, temos feito a defesa da politica da habitação com as pessoas em situação de rua. É necessária a Cidade de São Paulo assumir isso. Assumir isso. Assumir isso até como uma proposta de economia. Porque se você investe na porta de entrada em moradia, você possibilita que a pessoa consiga efetivamente sair da rua. Então essas mudanças, elas são necessárias, mas elas precisam ser discutidas com todos

os atores, dentro de um processo democrático de participação.

Agradeço a possibilidade de estar aqui, em poder dizer isso para o Secretário, dizer isso para todos que estão aqui, e dizer que não podemos continuar com essa violação de direitos porque tem gente morrendo. Já morreram mais de cinco pessoas no Inverno e todo ano essa história se repete e cidade de São Paulo não faz nada. Precisamos de uma reação de qualidade, com participação social, com dialogo e com democracia e com respeito as instituições que fiscalizam o serviço público.

Obrigado! (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Defensor Público, Sr. Alderon Costa, acho que deu um exemplo de síntese e de suas preocupações. Por isso vamos disciplinar para que todos tenham o direito de falar três minutos cada um, tanto entidades como Vereadores.

Gostaria de pedir aos responsáveis pela portaria que deixem mais pessoas entrar. Vamos providenciar algumas cadeiras, mas mesmo que fiquem em pé, com muita disciplina, para que a nossa audiência seja realizada com bastante calma. Peço às pessoas que forem entrando para permanecerem com o devido respeito e em silêncio para termos sucesso. Essas pessoas terão de ficar em pé por algum tempo, por favor.

Com a palavra a Vereadora Juliana Cardoso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Anunciarei as pessoas presentes: Sr. Gilmar Souza, Secretário Adjunto Municipal de Habitação; Sr. Hércules, Coordenador do Centro de Orientação da Família; Sra. Kelly, do Conselho Regional de Serviço Social, Cress; Sr. Érico de Oliveira, da Associação Reciclázaro; Sr. Felipe, Presidente da Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura, Anis; e Sr. Carlos José Pereira Silva, do Serviço Franciscano de Solidariedade, Sefras.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a Vereadora

Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES – Gostaria de cumprimentar o nosso Presidente e em seu nome cumprimentar todos os colegas Vereadores que estão aqui hoje participando dessa audiência sobre um assunto tão sério e tão importante.

Como sempre, esta Casa abre suas portas para essa comunidade preocupada com a cidade de São Paulo. Parabéns! Sejam bem-vindos. Os senhores são, realmente, verdadeiros cidadãos que se preocupam com o bem estar e com a melhoria da população da cidade de São Paulo.

Quero cumprimentar o Secretário Filipe Sabará. Seja bem-vindo. Tenho certeza de que V.Exa. tem intenções importantes para ouvirmos e muitas dúvidas tiraremos com V.Exa. hoje. Muito obrigada por sua presença.

Quando cumprimentei o Presidente, incluí todos os nobres Vereadores. Vou nomeá-los: Vereadores Souza, Aurélio Nomura...

- Manifestação da galeria.

A SRA. EDIR SALES – Não precisa, não é gente? Não precisa. Gostaria de saber de V.Exa, Sr. Secretário, por que houve publicação da portaria para reforçar o período noturno de abordagem à população de rua?

O SR. FILIPE SABARÁ – Bom dia a todas e a todos; membros da Mesa e Vereadores presentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Nós havíamos combinado que haverá a inscrição de todos.

O SR. FILIPE SABARÁ – Todos falam e depois é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – E haverá a inscrição dos presentes.

O SR. FILIPE SABARÁ – Concordo. Anoto a pergunta da Vereadora e respondo quando todos fizerem as suas.

A SRA. EDIR SALES – Tudo bem. Essa foi a primeira pergunta: por que houve a publicação da Portaria nº41 para reforçar o período noturno da abordagem à população de rua.

Pergunta de número dois: por que não aprovou a portaria do Comas? Pergunta de número três: o que garante que os demitidos de uma ONG do período matutino serão recontratados por outro no período noturno? Quatro: por que aprovaram o Criança Feliz em São Paulo se já há um atendimento a crianças? Cinco: por que o repasse às ONGs, até agosto, foi mensal e não em longo prazo. Seis: haverá corte em repasses?

Sobre os CTAs, Centro Temporário de Acolhimento, quantas pessoas são atendidas mensalmente pelos CTAs que já estão em funcionamento? Essas unidades já contam com equipes preparadas para o atendimento desses cidadãos? Qual é a previsão para o futuro?

Parcerias com empresários: gostaria muito de saber, que é muito importante para nós na reunião de hoje. Em relação às parcerias para trazer recursos aos assistidos pela Secretaria, quantas empresas se oferecem para contribuir? Qual é o melhor horário para o atendimento às pessoas em condições de rua pelas equipes de assistência social? Em relação ao programa Trabalho Novo, quais são as expectativas do governo?

Agora em relação às supostas demissões, quem fez o levantamento do número de pessoas que seriam demitidas? Que já foram demitidas. Gestão da Secretaria: Qual horário e o balanço dos trabalhos nos últimos sete meses de gestão? Como o Sr. Secretário recebeu a Secretaria no início de sua gestão? Pergunto mais precisamente como estavam as questões de andamento dos trabalhos e dos programas. Os programas anteriores foram mantidos? E quais? Quais programas novos o Prefeito João Doria já implantou?

Ações da Secretaria: De que forma a Secretaria tem contribuído nas ações na extinta Cracolândia? A Prefeitura tem feito campanha de agasalhos e cobertores para as pessoas em situação de rua, por conta do inverno rigoroso principalmente nos mês de julho? Quais são as metas da Secretaria de Assistência Social para os próximos dois anos? A

Secretaria tem programas novos a serem implantados, tipo ações para pessoas em situação de rua encontrarem emprego até mesmo junto à Prefeitura? Quanto aos menores que trabalham nos semáforos, qual postura da Secretaria frente a essa situação?

Sobre o orçamento, qual o orçamento da Secretaria hoje e como podemos otimizá-lo? Nesse programa de desestatização, a Secretaria de Assistência Social será beneficiada? Então eu gostaria de passar a V.Sa. essas perguntas, para que possa nos responder no momento oportuno.

Obrigada.

NÃO IDENTIFICADO – Só questão de ordem, uma sugestão: Se puder fazer cópias dessas perguntas, pelo menos para a Mesa, ou para todos, só para a gente saber que perguntas são essas. Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Peço à assessoria da Mesa para providenciar.

Tem a palavra a Sra. Fernanda Campana, do Conselho Municipal de Assistência Social.

A SRA. FERNANDA CAMPANA – Bom dia. Quero agradecer o convite dos Srs. Eduardo Suplicy e Juliana, saudar a presença do Sr. Secretário, a presença também dos Conselheiros Municipais presentes: Srs. Carlos, Henrique, Carlos Nambu, Ricardo, Jurlandia.

Acho que três minutos para falar é pouco para as questões inerentes ao Conselho Municipal, a essa instância de participação e controle social.

A SRA. FERNANDA CAMPANA - Algumas coisas que eu relatei aqui. Bom, pessoal, hoje essa audiência é sobre o desmonte da política de Assistência Social na cidade de São Paulo, luta pelo segmento de usuários. Sem esse segmento, a política não se faz necessária. Se não lutarmos pelas garantias dos direitos assistenciais dos usuários, nós não teremos amanhã, nós trabalhadores – e aqui me incluo entre vocês – e, por consequência as Organizações Sociais e as entidades aqui.

Então enquanto Presidente desse Conselho, órgão deliberativo dessa política, e conforme preconizado por uma lei, que é a Lei Orgânica da Assistência Social, cabe-me, aqui, contextualizar esse momento tão ameaçado à política.

Quero iniciar minha fala, resgatando rapidamente um primeiro momento desastroso por parte dessa gestão que completa, hoje, três meses, que é a ação truculenta e higienista na região da Cracolândia. Ação essa efetuada sem realizar o devido estudo entre as diversas políticas envolvidas e necessárias que resultou em rompimento de vínculos, agressões físicas, psíquicas, desaparecimento de menores na região, como foi denunciado ao Comas pela Defensoria Pública e o encerramento de programas, como o Programa de Braços Abertos, o lançamento de um outro programa sem dar-nos o devido conhecimento, que é o Programa Redenção, e, mais uma vez, não levando em conta as atribuições e desrespeitando o Conselho Municipal.

Supreende-nos ainda, enquanto Conselho, falar-se em nome de uma Cidade Linda, quando você coloca dentro, no Centro de São Paulo, uns contêneires e abriga moradores em situação de rua e pessoas viciadas, doentes, nesses contêneires que mais parecem latas de sardinha.

Queria questioná-lo ainda, Secretário, sobre o lançamento de outros programas como é de conhecimento de todos que todos os programas devem ser dados ao devido conhecimento e consulta ao Conselho, como Centros Temporários de Atendimento – CTAs, os Atende 1 e 2. Queria entender também um pouquinho sobre esse trabalho novo, porque o Comas tem recebido diversas denúncias de pessoas que realizaram as capacitações no trabalho novo e até agora não foram inseridas no mundo do trabalho.

Chamar à atenção dessa audiência e do público que aqui se faz presente sobre as conferências que nós realizamos com total abandono por parte dessa Secretaria de forma presencial; cortes que tivemos neste período conferencial sem dar conhecimento ao Comas, cortes unilaterais, pois fomos surpreendidos no dia da conferência praticamente.

Queria abordar ainda o lançamento dessa desastrosa portaria, das Portarias 41 e 43, que hoje temos desempregadas mais de 500 pessoas. Dizer que hoje passei pela região da Cracolândia, e haviam pessoas com necessidade sim de atendimento naquela região. Hoje temos aí um período de 13º e não nenhuma pessoa fazendo atendimento. Ou seja, não temos atendimento dos orientadores do Ceas 1 e 2. Acho que é uma realidade passar por lá agora e ver se é realidade mesmo ou não ter esse tipo de atendimento nesse horário, e naquela região ali.

Outra coisa que nos causa um pouco de surpresa, enquanto conselho, é você realizar uma renovação de convênio a cada 30 dias, e, de certa forma, dar importância apenas a 8 entidades conveniadas, quando, na verdade, temos 362 na cidade de São Paulo.

As questões referentes ao Conselho são inúmeras, por isso convido, mais uma vez, o Secretário a se fazer presente em uma das nossas plenárias. E deixo uma reflexão aqui: será que a escassez hoje que se prega na Secretaria de Assistência Municipal aqui de São Paulo, essa escassez toda de recurso, que ouvimos dizer que não tem dinheiro, que o repasse está atrasado por isso, enfim, que se está fazendo estudos, será que essa escassez não se deve ao fato, ou a um forte indício de uma má elaboração ou organização da Peça Orçamentária em função do lançamento desses inúmeros programas, serviços, sem consulta ao Comas, à sociedade civil e às entidades diretamente envolvidas nesse processo? Será que é isso que falta a essa gestão, ouvir as pessoas, as entidades, os trabalhadores diretamente envolvidos, que entendem realmente do que é a política de assistência.

Então deixo aqui essa reflexão. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Sra. Fernanda Campana, do Conselho Municipal de Assistência Social. Quero até encorajar sim o Secretário Felipe Sabará de aceitar o convite para também estar dialogando com o Conselho Municipal.

Agora tem a palavra o Vereador Eduardo Tuma.

Queria pedir aos responsáveis pela segurança da porta, tem lugares junto à parede. Pessoas vieram de longe. Por favor. (Palmas) Podem as pessoas entrar, tem lugar junto à parede. O senhor pode permitir as pessoas entrar. Estou determinando para entrar. Faça o favor. (Palmas)

O SR. EDUARDO TUMA – Obrigado. Quero cumprimenta-lo, Presidente, Senador Suplicy, cumprimentar os Vereadores da Mesa, os Vereadores presentes em plenário, cumprimentar as autoridades do poder público que temos aqui presentes, Ministério Público, Defensoria Pública, cumprimentar o Secretário Felipe Sabará que aceitou o convite de aqui está, cumprimentar aqueles que se encontram na audiência pública.

Fazer coro, um pouco, com as perguntas da Vereadora Edir Sales, que mencionou na quase completude, então não vou repeti-las. Então minha fala vai ser muito breve, Senador, concordar com aquela que me antecedeu, a Fernanda, quanto à elaboração do orçamento, como ele foi feito. Para que nós tenhamos uma ciência, o Orçamento da cidade de São Paulo hoje gira em torno de 55 bilhões de reais...

Deixe só esperar o Senador acabar de conversar com a Polícia Militar e com a Guarda Civil Metropolitana.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vereador Eduardo Tuma, que é Vice-Presidente da Casa, eu estou solicitando que permitam, pelo menos, que junto à parede, ali atrás, possam ficar... Tem cerca de 15 pessoas ali. Como Vice-Presidente da Casa, eu, como Presidente da sessão, tendo em conta...

O SR. EDUARDO TUMA – Vamos fazer um exercício aqui. Quem tem lugar vazio ao seu lado, levante a mão. Vamos fazer um raciocínio. Alguém tem lugar vazio ao seu lado, levante a mão.

Eu estou vendo aqui dez lugares vazios. Então essas dez pessoas nos lugares vazios, por favor, que possam entrar e se assentar confortavelmente nas cadeiras.

- Tumulto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Por favor, permita eu fazer um apelo ao Vice-Presidente Eduardo Tuma. As pessoas que vieram aqui querem muito ouvir as suas palavras, Vereador Eduardo Tuma. (Palmas) São cerca de dez, 15 pessoas que estão lá. Permita que eles entrem e fiquem junto à parede.

O SR. EDUARDO TUMA – Mas, Senador, não precisa ficar junto à parede. Tem cadeira vazia, eles podem se assentar.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Também. Mas há mais pessoas do que cadeiras vazias. Se V.Exa. resolver logo isso, falará com toda atenção para todos.

- Manifestação na plateia.

O SR. EDUARDO TUMA – Quero registrar a presença do Presidente Donato.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vereador Antonio Donato, muito bem-vindo. Vereadora Sâmia Bomfim, muito bem-vinda.

O SR. EDUARDO TUMA – Senador, posso?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pode continuar.

O SR. EDUARDO TUMA – Obrigado, Senador. Eu falei um minuto e 20, deixe eu reestabelecer meu tempo.

Eu dizia do Orçamento Municipal e vou continuar nesse raciocínio, no seguinte sentido: são 55 bilhões de reais o Orçamento como um todo e uma das maiores secretarias que nós temos, depois de Saúde e Educação, é a Secretaria de Assistência Social.

Hoje, a Secretaria conta com um orçamento de 1,200 bilhão, ou seja, não é uma secretaria meio, é secretaria fim.

Concordo com a Fernanda quando ela comentou com o orçamento que foi elaborado no ano passado. Sei que vou ser vaiado por isso, mas o orçamento foi elaborado na gestão anterior, foi elaborado na gestão do então Prefeito Fernando Haddad.

O que aconteceu com esse orçamento? Era um ano de crise, nós ainda

continuamos neste ano de crise, o problema é que ele foi superestimado.

O que é um orçamento superestimado? A gestão pública antevê uma arrecadação maior e ela pressupõe que pode fazer esses gastos na mesma monta. Se eu prevejo uma arrecadação de 2 bilhões, vou colocar no papel gastos equivalentes a 2 bilhões. Acontece que o País inteiro sabia que havia uma recessão econômica e que a arrecadação seria não maior, senão neutra, menor. É exatamente isso que aconteceu no ano de 2017.

A entender o seguinte: tirando de lado a emoção e colocando no papel os números, nós não temos, hoje, dinheiro suficiente para fazer frente às despesas que a Prefeitura tem. É uma equação muito simples.

Mas – se você puder escutar e nós pudermos dialogar, acho que é mais inteligente do que os dois ficarem falando ao mesmo tempo – mesmo assim, nós fizemos questão de ir ao Governo, os Vereadores fizeram isso, para pedir uma não redução na Assistência Social. Não somente uma não redução nessa secretaria, como também o Secretário – creio que ele terá oportunidade de falar isso – está conseguindo recursos federais e estaduais por aporte na sua secretaria.

A minha fala é nesse sentido. É uma fala muito simples para dizer o seguinte: tranquiliza-los de que o orçamento da Secretaria de Assistência Social não será diminuído, ele se manterá de acordo com a arrecadação e de acordo, inclusive, com a previsão orçamentária. Ponto. Essa é a minha fala, Senador.

Quero agradecer o tempo das pessoas que aqui estão de me ouvirem.

Muito obrigado, Senador. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Nós temos a informação de que o Secretário Felipe Sabará poderá ficar aqui até 11h40min. Preciso pedir muita disciplina aos que estão arguindo.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Do Fórum de Assistência

Social, Alan Francisco Carvalho, por favor.

O SR. ALAN FRANCISCO CARVALHO – Bom dia a todos. Quero cumprimentar a iniciativa dos presidentes das duas comissões que chamam esta audiência pública, em momento mais do que oportuno. Na pessoa dos presidentes saudar os demais presentes, especialmente saudar a presença dos usuários que são a razão de ser maior da política de assistência social, mas também os trabalhadores que constroem essa política no seu cotidiano, trabalhando em condições mais do que precárias, ainda também as organizações sociais que têm sido vítimas constantes de denúncias que chegam para nós, de assédio moral e institucional nesta gestão.

Quero protestar também, mais uma vez, o cerceamento à participação popular. Essa tem sido a marca desta gestão, isso tem sido a marca visceral da gestão, nas conferências, no desrespeito ao Conselho, nesta Casa, infelizmente tem prevalecido a utilização da força, dos braços armados, pseudo justificativa de uma garantia de suposta segurança é cercear essa participação.

As pessoas vieram de longe, de todos os cantos da Cidade. A política da assistência social está mobilizando, está pautando o País por meio desta cidade. É um absurdo que um País que tem na Constituição Federal a garantia e a participação, é signatário de legislações internacionais que garantem esse direito, assistir, numa audiência pública desta magnitude, esse tipo de situação.

É importante que possamos dialogar sim com o Secretário, que tem se tornado especialista em semear a discórdia, a divisão, em promover boatos, em ter atitudes administrativas obtusas, obscuras que são, na verdade, de improviso, demonstrando falta de conhecimento da legislação, do marco legal vigente...

- Manifestação na galeria.

O SR. ALAN FRANCISCO CARVALHO – Da política de assistência social, (Palmas) da norma operacional básica do SUAS, de 2012, da política nacional da assistência

social, das deliberações das instâncias superiores, de Conselhos Nacional e Estadual, bem como, até mesmo, do Conselho que aqui está.

Não teve a dignidade, a honradez, de aparecer, de dar as caras, no Conselho Municipal de Assistência Social como maior sinal de sua afronta.

Nos processos conferenciais regionais a ausência do segmento governamental na participação, no desenrolar, trabalhando pela realização da conferência foi patente e, na conferência municipal não foi diferente. As mesas foram compostas por representantes de SMADS que foram pressionados pelo público que exigia sim a presença e a responsabilidade da Secretaria da pasta, na Mesa, e, constrangidos, com medo de retaliações, assumiram aos gritos do plenário, porque a titular da pasta no Conselho, que ocupa hoje a vice-presidência, sumiu, sumiu, se ausentou e não deixou rastro. Titular da maior instância de participação popular, da maior cidade da América Latina. Isso tem sido marca de Governo.

A nossa expectativa não é uma ação de uma única secretaria, é o Sr. Deriana com os seus Minions, porque o Conselho Participativo foi atacado, a Controladoria Municipal foi atacada, (Palmas) o CAPS, o Conselho de Desenvolvimento das Subprefeituras está sob ataque e outros conselhos, da mesma maneira, estão sendo afrontados.

Democracia participativa também como uma política de assistência social não é favor, não é caridade, não é benemerência, é direito público conquistado e consagrado na Constituição Federal. (Palmas)

Então fica a pergunta: estão cometendo, esses mandatários, improbidade administrativa? Como que fica o crime de prevaricação? Fui recorrer ao dicionário jurídico, está lá escrito: retardar ou deixar de praticar indevidamente atos de ofício ou praticá-los contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, delitos todos aqueles que maliciosamente deixam de cumprir seus deveres de ofício.

“Eu tenho um sentimento, eu tenho uma missão”, é isso que a gente escuta. “Eu gosto da política de assistência, eu gosto de ajudar as pessoas”, o nome disso é sentimento.

Sentimento não é política pública, assistência social é política pública, dever do Estado e tem marco legal que deve ser respeitado.

- Manifestação na galeria.

O SR. ALAN FRANCISCO CARVALHO – A sociedade civil está tendo vez e voas nas ruas. Nós realizamos uma plenária aqui no FAS histórica, com mais de 700 pessoas e nem isso foi capaz de dobrar a arrogância, a prepotência e a altivez do atual Secretário da pasta, que continua se negando a dialogar majoritariamente com as forças vivas, com a Frente Municipal em Defesa do SUAS, com Fórum Estadual dos Trabalhadores do SUAS. Eu fui à conferência como representante do Fórum Nacional de Trabalhadores do SUAS e ele postou um filme no instagram que termina com um belo bife num churrascaria, depois de uma estrondosa vaia.

E por último, concluindo, é inadmissível vaia na conferência municipal, que levou por conta das suas atitudes, que classificou como uma ação político-partidária. Aqui não existe ação político-partidária. Quem está aqui está em defesa da política de assistência social, da LOAS, do SUAS. Somos todos SUAS. O SUAS resiste e ou o Secretário aprende a cumprir a lei, e esperamos que os Vereadores cumpram seu papel fiscalizatório no cumprimento da lei, ou a assistência social vai derrubar Secretário, vai derrubar Prefeito, porque as vozes das ruas vai te fazer ouvir. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado Sr. Alan Francisco Carvalho, do Fórum de Assistência Social.

Quero assinalar e agradecer a presença dos Vereadores Ricardo Nunes, Patrícia Bezerra, Soninha Francine, Janaína Lima, Sâmia Bomfim.

Tem a palavra o Vereador Souza Santos.

O SR. SOUZA SANTOS – Sr. Presidente, Vereador Suplicy, na sua presença cumprimento todos os Vereadores e Vereadoras, senhores e senhoras, também agradeço a presença de todos vocês nessa manhã chuvosa, segunda-feira, e cumprimentar vocês pela

dedicação e pelo esforço que vocês têm colocado na vida de vocês em vir trabalhar, em vir defender os seus direitos.

Esse plenário, pessoal, é um plenário onde eu creio que seja o foro, esta Casa é o foro adequado para as discussões e buscar aquilo que vocês têm no coração. É bom que vocês estejam aqui. Eu discordo do companheiro que falou agora que o Secretário Felipe Sabará é arrogante. (Manifestações) Calma. Eu não vou buscar aplauso de vocês também não.

- Tumulto.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pessoal vamos respeitar os três minutos. Vamos pensar que estratégia às vezes.

O SR. SOUZA SANTOS – Eu não vou defender o Felipe Sabará, não sou advogado dele, não vim aqui para advogar em favor dele. Eu sei muito bem o que vocês passam, sei muito bem.

- Tumulto.

O SR. SOUZA SANTOS – Arrogância, eu nunca vi tanto Secretário na minha vida como esse semestre, até hoje, oito meses depois do início de um Governo. A administração passada não veio, ou vieram aqui um ou dois Secretários. Também não sou advogado da gestão Doria. Mas vejam bem, toda vez que um Secretário é chamado para audiência pública nesta Casa o Secretário vem. E aqui está. Veja pessoal, e aqui está o Secretário para discutir com vocês, para vir discutir política com vocês. E é importante que isso esteja acontecendo. O duro é o Secretário não vir, se chamado e não comparecer. Vocês estão certos em vieram aqui discutir, trazer o Secretário. E teve o meu apoio a presença do Secretário aqui. O Secretário vir aqui é importante para discutir com vocês. Olhar olho a olho, encarar e trazer a discussão para esta Casa, que é o foro adequado. O Vereador Tuma foi feliz na colocação dele quando disse sobre o Orçamento. O Orçamento é questão financeira, é uma política de ficção. Agora, o que é orçamentário? O que de fato entrou na Secretaria? Como é que se vai trabalhar

isso? Nós estamos passando por uma situação difícil no País. Vocês sabem disso.

- Manifestações no recinto.

O SR. SOUZA SANTOS - É claro...

- Manifestações no recinto.

O SR. SOUZA SANTOS - Presidente, garanta minha palavra.

- Manifestações no recinto.

O SR. SOUZA SANTOS - Posso concluir?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Atenção para que ele possa concluir.

O SR. SOUZA SANTOS - Vou concluir. Quero dizer que os direitos de vocês... Vocês falam, mas não sabem o que, ao final, vamos falar.

- Manifestações no recinto.

O SR. SOUZA SANTOS - Os direitos de vocês precisam ser conservados. O Secretário veio para trabalhar essa questão. E acredito que o Secretário tenha sensibilidade e vá trabalhar nisso. O Secretário vai trabalhar com vocês na condição de Secretário, e vocês como representantes, ou do Comas ou da Assistência Social, para que essa questão seja solucionada. Se assim não fosse, o Secretário nem aqui estaria, gente. É isso. Obrigado, Secretário. Tem o nosso apoio. Bom dia e bom final de semana.

- Manifestações e vaias no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Vereador Souza Santos. Tem a palavra agora, em nome da Frente de Defesa do SUAS, Felipe Bazo Torres.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – Bom dia a todos. Saúdo a Mesa, os Srs. Vereadores, os usuários e os trabalhadores do SUAS – da rede estatal e da rede não estatal. Quero dizer que a Frente Municipal em Defesa do SUAS foi criada para resistir a uma série de desmandos e violações que estão sendo praticadas contra os usuários, contra os trabalhadores. Quero chamar os presentes a participar da Frente, que conta com a presença

de pessoas do FAS, do Comas, de entidades sindicais, coletivos vinculados à Assistência Social. Nós hoje precisamos somar para resistir pela garantia de nossos direitos. Vivemos uma situação absolutamente excepcional, de risco da política pública da Assistência, seja pelos cortes que estão sendo feitos, seja pelo tipo de relação que se estabeleceu entre a Secretaria e aqueles que são os trabalhadores e usuários da política de assistência.

Eu queria, em primeiro lugar, tratar exatamente da questão do Orçamento, porque penso que se fala muita coisa que não é verdade e mistifica-se muito em relação a isso. Primeiramente, nossa questão não diz respeito simplesmente à elaboração do Orçamento, mas diz fundamentalmente à execução do Orçamento, aquilo que efetivamente está sendo gasto. O Orçamento da Assistência Social, que é justamente quem cuida da situação de maior carência, de maior desproteção, de maior vulnerabilidade, de maior risco da população e tem rebatimento da insuficiência de outras políticas, conta, na cidade de São Paulo, com aproximadamente só 2,6% do Orçamento - percentual que está sendo submetido, sistematicamente, a uma série de corte. Isso não foi escondido em momento nenhum desde que o novo Secretário assumiu a pasta e colocou que era necessário cortar 30%. Muito bem, cortou-se, foram demitidos 150 trabalhadores comissionados da Secretaria Municipal de Assistência; cortou-se transporte, cortou-se aluguel e agora se começou a cortar a verba destinada aos convênios. É preciso que se diga que com esses 2,6% do Orçamento nós atendemos 225 mil usuários. São 15 mil trabalhadores da rede conveniada, e temos cerca de 800 trabalhadores e somente 400 técnicos para cuidar de 89 unidades públicas - que, além de atenderem CRAS, CREAS; que, além de atenderem um público potencial de 1,1 milhão inscritos num CAD Único, ainda têm que fazer a supervisão de todos esses serviços. E é aqui que queremos cortar!

É interessante chamarmos a atenção para isso porque, se formos olhar os Orçamentos anteriores, vamos ver que eles não foram realizados mesmo, porque eles não são realizados. Lembro o seguinte: se é verdade que o Orçamento não é realizado – porque em

2016 também se cumpriu somente 87% dele -, porque há a verba das transferências, sobretudo estaduais e municipais que não chegam e não vão chegar mesmo, por outro lado a receita tributária se comporta de maneira semelhante a como ocorreu no ano passado. Portanto, nada justifica o corte que está sendo feito, os cortes que estão sendo feitos, ainda mais corte dessa magnitude, de 30% naquilo que não pode ser cortado.

Quero dizer, aliás, que o Orçamento da Assistência Social é um Orçamento que não depende de contrapartida. A contrapartida de Estado, a contrapartida federal corresponde só a 12% do Orçamento da Assistência Social, nada mais do que isso; ou seja, ela depende exatamente da arrecadação tributária, essa que não caiu. Aí, a gente escuta do Governo que ele passa por uma situação de crise. Sim, estamos passando por crise, mas não a situação orçamentária da Prefeitura. Ela vai dizer que a Prefeitura gasta com funcionário público, com aposentado? Pois bem. A Prefeitura de São Paulo gasta com funcionário público e com aposentado 38% da sua receita corrente líquida, quando o limite para isso é de 60% pela Lei de Responsabilidade Fiscal. É difícil conhecer um ente federado que tenha uma situação hoje, em meio a essa crise, tão favorável como a Prefeitura de São Paulo. (Palmas)

Para concluir, é preciso desmistificar isso. Mas, mesmo que não fosse assim, acho que a gente precisa dizer em alto e bom som: o Secretário de Fazenda – que não está aqui e deveria estar -, assim como o Secretário de Assistência, que estavam lá fazendo uma discussão privada com algumas organizações, enquanto deveriam estar fazendo parte da Conferência (palmas) já escutaram das próprias organizações que lá estavam, e esse áudio se tornou público, que não é possível cortar 1 centavo da Assistência Social, que é crime cortar 1 centavo, o que se dirá então cortar 30%. Então, se há um Orçamento que não pode ser cortado é exatamente o Orçamento da Assistência Social.

- Manifestações e palmas no recinto.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – E é crime cortar Orçamento da Assistência.

Quero aproveitar também exatamente para cobrar aqui o compromisso do

Secretário, porque temos escutado isso pelos gabinetes que apoiam a Frente Municipal e a formação de uma Frente Parlamentar aqui a respeito do SUAS que o Orçamento do ano que vem é um Orçamento projetado com corte. Gente, não podemos aceitar nenhum corte na Assistência Social e temos que exigir o que sempre exigimos: precisamos aumentar o Orçamento. A população precisa de um Orçamento maior, não de diminuição dele.

- Aplausos no recinto.

O SR. FELIPE BAZO TORRES – E nós precisamos cobrar esse compromisso aqui. Primeiro: que sejam revistas todas as medidas, todas as portarias que cortaram verba para a Assistência. Segundo: que se assegure o Orçamento para a Assistência no ano que vem. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Felipe Bazo Torres, da Frente Municipal em Defesa do SUAS.

Tem a palavra o Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Cumprimento o Secretário e, em nome do Presidente Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy, todos os Vereadores presentes, organizações e entidades e lutadores pela Assistência.

Estamos discutindo aqui uma fala que, para mim, sintetiza o que está acontecendo: o desmonte da Assistência Social. São cortes para tudo quanto é lado. E há cortes - quando a gente vai verificar, por exemplo, 30% na questão dos cargos de comissionados. E isso não é só nessa Secretaria, mas em quase todas as Secretarias. São aquelas que acabam dando um suporte ao atendimento direto. Os grandes cargos, você não vê serem cortados; você vê sendo cortados os cargos de ponto.

Os CCAs acabam nos chamando. E falam: “Vereador, olha, meu contrato agora está sendo renovado de mês em mês”. E o que é pior não é só de mês em mês, pois os repasses demoram de 15 a 20 dias. Então, como as entidades sobreviverão com tamanha demora na hora dos repasses. Inclusive tive uma conversa com o Secretário Milton Flávio, por

conta de um CCA.

Houve um CCA que falou assim: “Vereador, se tem que cortar alguma coisa seria 10%, 20% do repasse, e nossa entidade ainda conseguiria sobreviver”. Agora, outras não. Então, o diálogo é primordial, como se faz uma política, cortes no geral, em questões tão diferenciadas?

Quero reforçar sobre a questão da Cracolândia. A Secretaria vinha discutindo com o Ministério Público e com as entidades a intervenção na Cracolândia, e vocês simplesmente atropelaram todo o processo de discussão no Ministério Público e fizeram algo totalmente diferente do que foi acordado lá. Isso mostra novamente a falta de diálogo.

Outra questão: fala-se tanto em cortes, mas, por exemplo: eu, o nobre Vereador Donato, o Vereador Alfredinho, e outros, fazemos parte da Comissão da Cultura, onde o corte, congelamento, foi de 42%, agora está em 39%; e nós estamos trazendo técnicos da Secretaria da Fazenda, e nós discutimos com dados da própria Secretaria que, no primeiro trimestre, o que entrou em geral de arrecadação da Prefeitura, do ano passado para este ano, foi praticamente o mesmo; e o que aumentou foram algumas despesas, como subsídio de transporte, entre outras.

Mas pelo estudo que fizemos, não justifica tamanho corte, porque ele não está ocorrendo só na Assistência Social, mas está sendo feito em várias outras Secretarias. O tempo de estudo que a gente tem e o que a Prefeitura tem em caixa não justificam esses cortes.

Mais ainda, o próprio Governo colocou aqui uma PPI, por exemplo, que igualou o pequeno devedor, que deve ter R\$ 2 mil ou R\$ 5 mil, aos grandes banqueiros desta Cidade. Quer dizer, Itaú e Santander, na casa de bilhões. E foi proposta do governo e foi votado aqui pela maioria dos Vereadores uma PPI que, na minha opinião, foi um presente para esses grandes banqueiros, que têm dinheiro em caixa para pagar. Então, também, isso é política do governo: corta dinheiro da assistência social, mas não tem outra política para cobrar os

banqueiros e os sonegadores desta Cidade.

Dessa forma, se vê o que é prioridade do governo da cidade de São Paulo.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o nobre Vereador Antonio Donato. E quero dar as boas-vindas ao nobre Vereador David Soares.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia. Cumprimento a Comissão de Direitos Humanos por esta iniciativa. Vamos falar de números, apresentando números, porque só discurso não resolve a situação e não avançamos no debate.

Rapidamente, vou falar só alguns números.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. ANTONIO DONATO – Todos os números serão utilizados. São números do sistema de execução orçamentária da Prefeitura, não tem nenhum número inventado.

Essa primeira tabela: Em 2016, de janeiro a julho, arrecadou-se R\$ 28,48 bilhões. Em 2017, 29 bi, 313 milhões, 833 milhões a mais do que no ano passado no mesmo período. Se nós formos para a receita corrente líquida, que é a que importa para vocês, porque é daí que sai o recurso da assistência social, nós tivemos 25 bilhões, 994 milhões arrecadados no ano passado, e nesse ano 26 bi, 909 milhões; 915 milhões a mais, 4% a mais, mais o menos a inflação. Então não dá para se dizer de um cenário desastroso, não existe esse cenário desastroso.

Agora vamos às despesas para entender a política do Governo. Nesse período de janeiro a julho do ano passado se empenhou 37 bi, 297 milhões. Este ano 34 bilhões, 302 milhões. Quase três bilhões a menos. Então se arrecadou 900 milhões a mais e se empenhou três bilhões a menos. Então não é que falta dinheiro, é uma política de fazer caixa, que é outra coisa. Se quer fazer caixa, diga claramente que está tirando dinheiro da assistência social, da cultura, da saúde, da educação para fazer caixa. Com qual objetivo? Vereamos mais para a frente. Não sabemos ainda.

Na assistência social, olha só, no ano passado no Fundo de Assistência Social, até julho se empenhou 945 milhões, esse ano 875 milhões; 70 milhões a menos no Fundo, e são os mesmos convênios. Então se tirou 70 milhões no Fundo. E na Secretaria se tirou mais 17 milhões. Então 87 milhões a menos este ano.

Agora a gente vai para o caixa da Prefeitura. Eu não tenho a transparência aqui, mas rapidamente. A Prefeitura, no dia 1º de janeiro recebeu o caixa com 5,4 bilhões, 3,6 bilhões de recursos vinculados, operações urbanas, fundos, e 1,8 bilhão de Tesouro. Qual é a posição do dia 31 de julho? Os recursos vinculados aumentaram para 7 bilhões e 700 e os recursos não vinculados, que é o que interessa para vocês também, para 3 bilhões, 582 milhões. Então o caixa de hoje é 11,293 milhões. Pegou com 5,4, está com 11,3. Então está claro, e é esse debate que se tem que fazer, se fala de um rombo de 7,5 bi e não tem uma planilha explicando esse rombo, não se diz de onde é o rombo.

Na verdade existiram decisões que foram do próprio Governo, o Prefeito Doria em campanha prometeu congelar a tarifa de ônibus, ele prometeu, e nesse ano, nesse período, se gastou 800 milhões para se pagar subsídio, mas ele não explicou na campanha que esses 800 milhões a mais ele ia tirar das outras áreas, da assistência social, da cultura, da educação, da saúde. Então esse debate que a gente tem que fazer. Esses são os números, o Governo que apresenta outros para justificar essa política cruel de atacar os mais desfavorecidos, aqueles que precisam mais da presença dos convênios, da proteção social, dos idosos, dos moradores de rua, das crianças e adolescentes. É essa a questão.

Então quero aqui deixar esse desafio, apresentem os números, porque os números que estão no sistema de execução orçamentária não justificam o corte que está sendo feito.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Líder do PT, Vereador Antonio Donato.

Antes de passar a palavra ao Secretário Filipe Sabará, eu vou rapidamente fazer

algumas perguntas. Peço que esteja atento, vou passar às suas mãos. “Qual estudo ou que informações embasaram a decisão da SMADS sobre os fechamentos dos equipamentos, redução de serviços sócio-assistenciais e demissões de trabalhadores? Por que não houve diálogo com os usuários dos equipamentos quando do seu fechamento? Por que as instâncias de participação, como o COMAS e o Comitê Pop Rua não foram considerados na tomada de decisão?”

Vereadora Edir, eu preciso que ele preste atenção!

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – “Qual o impacto esperado?

Como a SMADS pretende administrar os problemas decorrentes disso? Qual o balanço do trabalho novo? Quantas pessoas beneficiadas? Quanto tempo, em média, as pessoas permanecem nos postos de trabalho? Desde a instrução normativa nº 82, de novembro de 2016, do Ministério do Desenvolvimento Social, a cidade de São Paulo já perdeu aproximadamente 90 mil benefícios do programa Bolsa Família, sendo que mais de 70 mil famílias tiveram seus pagamentos cancelados no ano de 2017”.

Vou esperar a Janaína.

“A Prefeitura tomou medidas para promover o cadastramento das famílias de modo a evitar esses cancelamentos? Que ações foram essas? Note que em dezembro de 2016, último mês do Governo Fernando Haddad, havia 479.696 famílias inscritas no Bolsa Família, correspondiam a recursos do Governo Federal injetados na municipalidade de São Paulo, 72.081.539 milhões; e agora, julho de 2017, diminuiu para 405.936 mil, o que significa apenas 60.866.388 milhões, ou seja, é o Governo Federal que, em virtude de não estar fazendo o devido cadastramento das pessoas que poderiam ser beneficiárias do Bolsa Família, está deixando de receber 10 milhões de reais, pelo menos, que, de outra forma, estariam estimulando a economia paulistana”.

Lembro que em 2011, a Presidenta Dilma Rousseff conclamou a sociedade

brasileira - os governos estaduais, municipais, os sindicatos dos trabalhadores, o Comas e todos nós, cidadãos – quem souber de alguma família em qualquer lugar de São Paulo que está dentro dos limites do Bolsa Família, isto é, até 170 reais por mês per capta, é nosso dever avisar o pai, a mãe dessa família: você vá ao SMADS ou no CRAS – Centro de Referência da Assistência Social, mais perto da sua casa, inscreva-se que tem o direito de receber.

Finalmente, gostaria de lhe perguntar, caro Secretário Filipe Sabará, por que não têm sido levado em conta os resultados positivos, reconhecidos internacionalmente e por pesquisas realizadas, como a da professora e pesquisadora da Unicamp, Daniele Louis (?) e também pelos pesquisadores, por que não foram considerados os resultados positivos do programa De Braços Abertos, que poderia ser objeto de melhoria, de ampliação?

Todos sabem muito bem as regras do Programa De Braços Abertos, eu sabia muito bem, do programa Redenção, não. Olha, noutro dia, eu fui à Casa de Saúde São João de Deus, no Jaraguá, com a Vereadora Patrícia Bezerra, e a Vereadora Soninha Francine este lá uma semana antes. E ali conversamos com 120 pessoas e algumas delas diziam: vamos sair e pra onde vamos, o que vamos fazer? O Programa De Braços Abertos tinha uma continuidade, era por um ano. Quando o Prefeito Fernando Haddad chamou os 500 participantes do programa De Braços Abertos pra dar um testemunho, tipicamente era algo assim, dizia uma pessoa de quase 40 anos: eu estava consumindo de 30, 40 pedras por mês, tinha deixado a minha família, estava completamente longe dela, não estava nem estudando nem trabalhando. Entrei no programa De Braços Abertos, passados dez meses, e agora estou consumindo de uma a três pedras por dia. Voltei a ter convivência com a minha família, estou estudando, realizando um trabalho e vou fazer vestibular no final do ano. Esse é um resumo dos resultados positivos do programa De Braços Abertos. Não entendi porque sumiu o programa De Braços Abertos, veio o programa Redenção, e quais são as regras?

Noutro dia ouvi o Artur Guerra falar do Comitê Pop Rua, mas não ouvi as regras definidas ou bem expostas.

Essas são então as perguntas. Eu agradeço muito. Se puder responder a todas as perguntas até agora formuladas. E nós já temos, pelos menos, 15 pessoas aqui inscritas e outros Vereadores que vão fazer perguntas.

O SR. ALLAN FRANCISCO CARVALHO – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pois não, Fórum de Assistência Social.

O SR. ALLAN FRANCISCO CARVALHO – Peço licença, peço questão de ordem no sentido de que seja dado esclarecimento a todos os participantes, a toda a cidade, que fique registrado nos Anais, na galeria, de quem é a responsabilidade pelo cerceamento da participação de um número mínimo de pessoas que está lá fora? Qual é a justificativa?

E a segunda questão de ordem é em relação à agenda do Secretário. Respeitosamente, queria ouvir do Secretário, ele vai cancelar toda sua agenda, vai permanecer neste recinto pra ouvir todas as formulações, todos os questionamentos que a sociedade tem a fazer pra ele, hoje, aqui!

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Olha um momento. Vou tomar uma providência. Caro Secretário Felipe Sabará, me informou o senhor que o Prefeito João Doria o está esperando daqui a 45 minutos. Dada à importância deste encontro, se me permite, eu vou telefonar agora para o Prefeito João Doria e pedir pra que possa ficar conosco um pouco mais. Está bom?

- Palmas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Secretário Felipe Sabará, por favor. Vamos ouvi-lo com atenção, por favor. Há muitas pessoas ouvindo lá em baixo porque não puderam estar presentes.

Vocês que estão lá fora teriam de ver na transmissão em outra sala porque o Presidente Milton Leite, disse que por razões de segurança não permitem entrar pessoas.

Desculpem-me.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Por razões de emedo, você não podem adentrar. É a real.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas eu vou pedir uma atenção aos Srs. GCMs para que abram a porta para os que estão atrás venham a escutar melhor o que estamos falando.

Tem a palavra o Secretário Felipe Sabará.

O SR. FELIPE SABARÁ – Bom dia.

Eu queria agradecer, novamente, a oportunidade de estar aqui. Já é a segunda vez que participo desta Comissão de Direitos Humanos.

Foram colocadas uma série de perguntas, questionamentos, afirmações.

Eu vou fazer a minha parte, mas, de qualquer forma, reitero o que eu disse no último encontro, não só aqui, mas, na sexta-feira, com os membros que foram convocados para a reunião para falarmos sobre a questão orçamentária, preponderantemente, é a maioria das perguntas e questionamentos.

Eu vou começar falando da questão financeira. Depois, a gente fala dos outros assuntos.

Com relação ao orçamento, a Secretaria da Fazenda é a responsável pelo orçamento. Não é a Secretaria Municipal de Assistência Social e nenhuma outra pasta. Todas as deliberações e informações vêm da Secretaria da Fazenda.

O que ocorre – e fica o grande questionamento dos repasses mensais que estão sendo feitos, sendo bem prático e pragmático – é que a Secretaria Municipal da Assistência Social, de agosto até dezembro deste ano, foi congelado pela Secretaria da Fazenda, justamente, por causa da justificativa, por parte deles, técnica orçamentária, de falta de recursos, ou seja, existe o orçamento, mas não existe a execução em termos de recurso mesmo, o dinheiro não chegou até o final do ano.

A arrecadação, realmente, subiu em torno de 4%. Estou falando dados técnicos que me foram passados pela Secretaria da Fazenda. E a inflação também subiu 4%. Então, a gente fica no zero a zero. Lembrando que foi dito aqui que a gente recebeu como gestão um caixa, e a demonstração financeira da Secretaria da Fazenda não demonstra isso.

Sim, demonstra que houve um caixa, mas que os pagamentos foram suspensos em outubro do ano passado e, por consequência óbvia, o caixa veio, mas esses pagamentos tiveram que ser realizados pela Gestão do Prefeito João Doria no começo do ano, o que fez com que o caixa diminuísse.

Então, a Secretaria da Fazenda não nos deu uma visibilidade até dezembro. Ou seja, não existe. O dinheiro não entrou. Porque a arrecadação vem ocorrendo de acordo com os meses que ocorrem.

No nosso caso, como nós estamos congelados, não existe caixa na Secretaria da Assistência Social. Ele é repassado pela Secretaria da Fazenda.

A deliberação da Secretaria da Fazenda, ou seja, não foi minha, enfim, a Secretária Soninha Francine participou das discussões orçamentárias no começo do ano e pode dizer isso também, que o orçamento foi congelado a partir de agosto.

Ou seja, a deliberação do repasse mensal veio da Secretaria da Fazenda. Não veio de mim. Até porque o desgaste burocrático que eu sofro, ou seja, que SMADS sofre para fazer os repasses mensais para as entidades é gigantesco.

E, sim, concordo com a palavra da Vereadora sobre a questão dos cortes de 30% dos cargos de comissão da Secretaria de Assistência Social. Não foi só a Secretaria da Assistência Social. Foram todas as Secretarias que tiveram uma meta de corte de 30% dos cargos comissionados. Isso ocorreu em todas as pastas, e não foi diferente na Secretaria da Assistência Social.

Vocês imaginam o que a gente está tendo que fazer, todo esse processo burocrático de repasse mensal com menos 30% de pessoas trabalhando. Então, é um trabalho

muito mais árduo. Estamos fazendo mais com muito menos.

Para nós não é interessante o repasse a cada 30 dias. Pelo contrário: é muito ruim, porque afeta o serviço. Houve uma série de atrasos. É verdade. Eu tenho visitado as instituições, conversado com os Presidentes e funcionários das organizações. São mais de 360 organizações. Se eu visitasse uma por dia, seria o ano inteiro. Nós não terminamos o ano, e algumas organizações não foram visitadas. Isso porque são 1.281 serviços. Seria impossível fazer a visita a todos. Mas tenho visitado, continuamente, os serviços, as organizações, e tenho constatado alguns atrasos. Isso não é correto. Não quero atrasar nada. Porém, essa regra dos 30 dias vai acabar. Isso foi comunicado na sexta-feira, na reunião com as entidades.

Tenho conversado bastante com a Secretaria da Fazenda, recentemente, quase que diariamente, às vezes, mais de duas vezes por dia, para expor que essa situação não é a melhor forma de se rever custos e gastos, prejudicando o processo de pagamento dos serviços que são tão necessários para a nossa Cidade.

Eu também sofro com essa questão.

A Secretaria da Fazenda ficou convencida que, a partir de setembro, os pagamentos, as renovações de convênio, voltam a ser de longo prazo de, no mínimo, 12 meses. O nosso pleito é que seja renovado até final de 2018 pelo menos. Eu queria que os senhores soubessem disso. Estão me imputando algo que não foi decisão minha, em hipótese alguma. A gente vem trabalhando, a Secretaria da Fazenda fez isso com todas as pastas, Saúde, Educação, com repasses mensais. Como a pasta da Assistência Social é a menor delas, temos um caixa menor que foi congelado em agosto.

Ou seja, se você entra no saldo da Assistência Social hoje está zerado. Eu empenho, e a Secretaria da Fazenda libera. É assim que funciona tecnicamente. Não existe recurso financeiro na minha pasta. A conta bancária da Assistência Social está em dinheiro. O dinheiro entra quando a Secretaria da Fazenda libera a partir do meu empenho.

Quero informar os senhores e as senhoras que, a partir de setembro, as

renovações voltam a ser de longo prazo para, no mínimo, 12 meses.

Os repasses serão feitos. Não haverá mais atrasos – espero eu – é uma questão técnica. Algumas organizações também têm a sua parte nisso. Não são muitas, mas que acabam na questão de prestação de contas. Precisamos aprimorar isso também.

O ponto é a questão dos repasses. Todo mundo está falando, mas está esclarecido. Se alguém vier a falar diferente, vocês ouviram a informação vinda direta da pasta. É isso. Sobre a questão dos cortes, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria da Fazenda vem fazendo com todas as pastas. Nós convocamos todas as organizações para reunião da sexta-feira. Realmente, houve algumas reuniões paralelas. Foram chamados os Presidentes das ONGs.

Eu acho esse assunto muito importante, embora a gente estivesse em conferência, é um assunto de urgência. Eu preferi chamar. Quem estava lá ouvir do próprio Secretário da Fazenda que existe uma discussão entre todas as Pastas de realmente uma questão de contenção de gastos. Isso se dá pela questão de, embora realmente tenhamos tido uma arrecadação de 4%, segundo dados técnicos da Secretaria da Fazenda, houve o mesmo valor de inflação. Então, estamos no zero a zero, e esse caixa do qual falaram não é comprovado. O Secretário da Fazenda já veio aqui mostrar esses dados, e vem novamente em breve, porque estamos num momento de discussão do Orçamento para o ano que vem, e vai ser demonstrado, esses dados vão ser publicados a fim de ficar transparente para todo mundo ver e acompanhar, seja a versão que for, a informada aqui e a do Secretário, que é realmente quem está cuidando desse assunto.

As Pastas estão trocando informações, e realmente existe um corte em todas elas. No caso da Secretaria de Assistência Social, houve uma conversa com algumas entidades para ver se a gente consegue reduzir o orçamento em alguma coisa ou, se foi uma deliberação feita pela Secretaria da Fazenda, para que não haja, em hipótese alguma, fechamento de serviços. Esse é o argumento. Se o dinheiro acaba até o final de ano, haverá cortes, haverá

fechamento de serviço, o que não queremos. A ideia, então, é passarmos por este momento orçamentário, já que estamos executando o Orçamento da gestão anterior.

Para quem não sabe, a Luciana Temer, que foi Secretária até o final do ano passado, me disse que também passou pelas mesmas situações que estamos vivendo agora. Ela faz parte do Conselho...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, estamos aqui para resolver.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Mas não foi fácil. Ela também passou por uma série de dificuldades e teve que pleitear recursos. Fica a informação de que já pleiteei cem milhões de reais; inclusive essa informação foi divulgada na imprensa para o Presidente Michel Temer, que já sinalizou positivamente – não confirmou, mas sinalizou. Com isso, então, conseguiríamos garantir o fechamento do ano e mais 14 milhões ao Governo do Estado, com o Secretário Floriano Pesaro, que está avaliando e também sinalizou positivamente.

Portanto, os prognósticos para a Assistência Social são positivos, mas temos que ser responsáveis. Se a informação da Secretaria da Fazenda é de que nós, todas as Pastas, não temos caixa suficiente para fechar o ano, porque não existe essa arrecadação ainda, temos que ver o que podemos fazer para garantir os serviços não fechados, e por isso é que chamamos as organizações.

Há uma deliberação prévia, que ainda não está confirmada, de que não haverá nenhum corte na Secretaria de Assistência Social. Isso foi falado pela Secretaria da Fazenda e vai ser confirmado até o final desta semana; ou seja, o Orçamento deste ano será mantido sem cortes nos serviços. O que é são alguns diálogos com algumas organizações, que têm nos oferecido a possibilidade de redução. Em alguns casos, há organizações que oferecem contrapartidas, que usam apenas, 30, 40, 50% do orçamento advindo de convênios.

Vocês citaram o diálogo, e eu estou dizendo que está sendo dialogado. É

importante colocar isso na mesa. Agora, a informação que tenho é que não haverá... Não sou eu que corto algo ou não, eu só passo a informação dialogada para a Secretaria da Fazenda, para a Secretaria de Governo, e aí é uma decisão do próprio Governo o que fará. No meu ponto de vista e aquilo que tenho pleiteado é que não seja cortado nada para que não seja fechado nenhum serviço, e nenhum serviço da Assistência Social será fechado.

Sobre demissões, que também vem sendo falado, o que há é uma proposta que já foi publicada em portaria e entraria em vigor em 1º de setembro; um remanejamento de um contingente de abordagem matutina para o período noturno, baseado em justificativas técnicas vindas do 156 e dos próprios usuários, ou seja, a própria população de rua pedindo mais abordagem noturna e encaminhamento. Além disso, foi falado aqui na mesa sobre a questão da ajuda...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Eu gostaria de pedir que vocês me escutassem.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vamos ter atenção, porque há ainda muitas questões a serem respondidas.

O SR. FILIPE SABARÁ – Eu estou respondendo a todas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Depois haverá mais tempo para perguntas. Por favor, Secretário.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, vamos lá. Foi falado aqui sobre ajuda, sobre assistencialismo, dentre outras questões. O que vemos no período noturno em relação à situação de rua é que as igrejas, que movimentos sociais independentes, ONGs não conveniadas e indivíduos vêm fazendo um trabalho de ajuda à população de rua muito maior do que a abordagem da própria Secretaria.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – E isso não pode ocorrer, porque se a vontade é garantia de direitos e o acolhimento feito como política pública, então precisamos fazer mais e melhor

do que as igrejas, as ONGs e indivíduos isolados, que dão ajuda e fazem caridade na rua.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Por isso, nós estamos aumentando o contingente noturno de abordagem à população de rua, que tanto precisa de garantia de direitos, como foi dito aqui por várias pessoas, para que pelo menos a nossa ajuda possa se equiparar à ajuda, à assistência e à caridade que está sendo realizada pela própria população, já que não estamos conseguindo fazer.

Há uma série de denúncias feitas pela imprensa de que o serviço noturno não estava funcionando adequadamente. Depois eu posso até passar para o Presidente uma série de chamados para o 156, uma série de pedidos de abordagem noturna e a demora contínua, mais de três horas, que é o que consta no próprio serviço como regra; ou seja, a população de rua não sendo atendida como deveria. Por causa disso, vamos aumentar o contingente noturno de abordagem.

Por causa de convênios, ou seja, respeitando a regra dos convênios que temos na SMADS, vamos desligar parte das pessoas que estão de manhã, e elas serão recontratadas. Foi feita uma audiência como o próprio Ministério Público do Trabalho com as Organizações e sindicato; inclusive estou com a ata da audiência e posso divulgar o número para que vocês possam pesquisar na internet: 253940/2017. Essa é a garantia de que todos que serão desligados no período da manhã ou vespertino serão contratados à noite; ou seja, não existirão desempregados. Se o trabalhador está em período de aviso prévio, será contratado para o período da noite. Isso é garantia com o Ministério Público.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Cem por cento dos que estão de manhã...

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Então, houve aqui uma informação de que cerca de 500 pessoas seriam desligadas, mas não é verdade. Eram 218, agora são 108, que serão cem por

cento contratadas pela OS que vai cuidar do CAPE no período noturno. A Apoio abandonou, mas outra OS já vai assumir o serviço. Estamos conversando com três OS, e uma delas vai assumir; ou seja, não haverá desempregados e quem estiver de aviso prévio será contratado.

- Manifestações no recinto.

O SR. FILIPE SABARÁ – Para quem estiver de aviso prévio, por favor, apresente-o para a entidade, que vai ser anunciada hoje à tarde ou amanhã, para que seja recontratada. OK? Essa foi uma das outras perguntas mais frequentes aqui identificadas.

Sobre o cadastramento do Bolsa Família, a mesma entidade que realizou esse trabalho, na gestão anterior, continua fazendo isso. Existe um movimento do Governo Federal, que vem sendo divulgado inclusive na imprensa, de avaliação desses cadastros. Existiam pessoas repetidas recebendo mais de uma vez, famílias, e outras que ficavam sem. Enfim, esse cadastro não estava unificado. Está havendo um trabalho de unificação desse cadastro também, porque existem os benefícios estaduais e municipais. Então, eu me comprometo a isso, para passar informações com mais consistência sobre esses números. Eu vi que V.Exa., olho no olho, também comentou com o Sr. Prefeito João Doria sobre esse assunto. Eu anoitei e já pedi para que fosse um estudo. Em breve, eu lhe apresento porque há essa disparidade nesse número, mas a justificativa vai vir em breve, e, pelo que a gente identificou, vem por essas questões técnicas do Governo Federal, mas a mesma OS que fazia o cadastramento até o ano passado é a mesma que continua fazendo o mesmo serviço. Então, não houve mudança nesse sentido. Eu acho que essas foram as principais perguntas feitas.

Sobre os concursados, é uma boa pergunta muito boa. A gente vem sendo questionado inclusive por vários Vereadores. O prazo é até 2019, para chamamento desses que já foram colocados dentro dessa fila de concursados. A gente vem conversando inclusive com sindicatos sobre isso. Não há orçamento para chamar neste ano. A previsão é que a gente comece a chamar a partir do ano que vem os concursados. Isso já está sendo discutido. Essa é uma das outras perguntas mais frequentes.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Passemos agora aos inscritos.

A SRA. EDIR SALES – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a nobre Vereadora Edir Sales.

A SRA. EDIR SALES – Sr. Presidente, ainda não foram respondidas todas as minhas questões, as minhas perguntas. Eu gostaria de saber do Sr. Secretário... Há perguntas de algumas pessoas que não foram respondidas ainda. Eu gostaria que fossem respondidas.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a nobre Vereadora Juliana Cardoso.

O SR. FILIPE SABARÁ – Foram feitas algumas perguntas sobre o trabalho novo e o CTA.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Sr. Presidente e Srs. Vereadores, ainda há quinze pessoas que querem falar, querem dialogar. A agenda, em que pese, estava organizada das 9h30 às 13h. Tendo em vista que o Sr. Secretário chega com a maioria dos Vereadores da base de Governo, que também estão se inscrevendo para falar, então, eu acredito que as respostas que são dos Vereadores ficarão para o Sr. Secretário fazer as respostas, por escrito, ou em qualquer outro momento aqui, para que a gente possa abrir para as inscrições. (Palmas)

Eu inclusive estou abrindo mão da minha fala, porque a gente precisa ouvir.

O SR. FILIPE SABARÁ – Sr. Presidente, das suas perguntas, ficou faltando a quinta pergunta, sobre o trabalho novo. Então, o balanço do trabalho novo são 1.171 pessoas em situação de rua empregadas, com 92% de retenção, ou seja, houve demissões sim. Em torno de 120 pessoas foram demitidas, mas 1.171 foram contratadas. É um número grande. São 1.171 pessoas que estavam em situação de rua, vindas do centro de acolhida. Oitentas e sete pessoas desse total já saíram do centro de acolhidas e alugaram seu próprio quarto. Então, eu acredito que esse tenha sido um dos principais projetos que a gente implementou

neste ano.

Com relação às pessoas que estão aguardando, realmente existe um banco de talentos. São pessoas que fizeram a qualificação sócio-emocional. Parte delas conseguiram já seu emprego também de outras formas, porque o trabalho novo não visa só os empregos que a Prefeitura está viabilizando junto a empresas do setor privado. Aí depende de as empresas empregarem, porque não se pode obrigar uma empresa privada a empregar uma pessoa, mas podem convidar essa empresa a fazer isso. É o que tem ocorrido. Então, empresas como MacDonald's, Riachuelo, Pão de Açúcar, Droga Raia, Coco Bambu e Vivenda do Camarão, são 223, e concordaram em empregar pessoas em situação de rua. É nessas empresas que as 1.171 pessoas estão trabalhando. Então, até essas empresas contratarem, a gente tem que aguardar. Agora, o que está sendo é o fomento dessas outras pessoas do banco de talentos, para que elas também sejam empregadas de outra forma. A gente está utilizando o próprio porte, que é da Prefeitura, o CAT e outras oportunidades que estão surgindo para essas pessoas. Ou seja, o trabalho não inviabiliza um contato com o setor privado, mas não se pode obrigar, durante uma crise financeira, quando estão demitindo pessoas, e não existe contrapartida também. As empresas não recebem contrapartida. Elas oferecem empregos.

Se tiverem uma empresa ou conhecerem algum familiar que empregue a população de rua, façam esse trabalho, como eu tenho feito também. É assim que a gente vai conseguir empregar a população de rua. É fomentando o emprego em empresas privadas, conhecidas ou não conhecidas. Eu tenho ido a vários eventos, como o próprio CONAR, na semana passada, que é o maior evento de RH do Brasil, e fiz lá o pleito, para que as empresas pudessem contratar, e foram oferecidas mais 200 vagas nesse evento. Então, se os senhores quiserem participar desse movimento também, se a gente conseguir, se a FIPE de 2015 contabilizou 16 mil pessoas em situação de rua, em 2015, se a gente conseguir 16 mil empresas empregando uma pessoa, sendo que não são todas em situação de rua que conseguem trabalhar, pois muitas têm deficiência, a gente sabe, ou algumas têm problemas de deficiência mental, que

precisam estar acolhidas. Por isso é que existe o centro de acolhida e todo atendimento. Se 16 mil empresas oferecerem empregos, a gente conseguiria empregar 16 mil. Até agora, a gente tem 223 empresas que estão empregando.

Então, sobre o trabalho novo, esse é o balanço, Sr. Presidente.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Sr. Presidente, eu acredito que o Sr. Secretário tenha se esquecido de responder a respeito da pergunta sobre os novos CTAs, que foram abertos em regiões com baixa densidade de população em situação de rua, que desconsiderou completamente a legislação municipal. Não foi feita uma consulta ao conselho. Quais são as prerrogativas, os dados técnicos? Enfim, o que justifica, além de uma aparição mediática e interessante, a abertura desses dois novos CTAs em tempos de crise, de dificuldades, enfim? Quanto ao esforço que a iniciativa privada teve, em abrir esses dois novos CTAs, por que ela não existe também para as áreas que já são necessárias e que têm embasamento técnico, jurídico e legislativo? Acho que V.Exa. se esqueceu de responder essa pergunta.

O SR. FILIPE SABARÁ – Eu posso responder sobre o CTA. Na verdade, não dois, três que já foram inaugurados. O quarto está sendo inaugurado agora. Há um na Mooca. Então, vão ser cinco até o final desse mês. Os CTAs foram 100% financiados pelo setor privado em termos de construção, sem contrapartida. É bom lembrar, 0% de contrapartida. Ou seja, as empresas não ganharam nada com isso, elas doaram. Aliás, convido também se alguém quiser participar e doar algum CTA... É bem-vindo também. Algumas famílias fizeram isso. Por exemplo, no Aricanduva, a gente recebeu a ligação de uma família de um empresário, que ofereceu um centro de acolhida para a população de rua. Construíram 100% com os recursos dessa família, desse empresário regional do Aricanduva. Ou seja, com a população de rua crescente, a gente sabe que esse número cresce, a gente precisa de acolhimento, não existe motivo para negar uma doação, 100% doada. Pelo contrário.

A SRA. SÂMIA BOMFIM – Mas por que na região do Aricanduva? Isso não está claro.

O SR. FILIPE SABARÁ – Porque foi doado um CTA para 200 pessoas, com canil, espaço para carroça e com várias salas de capacitação. Eu creio que a população de rua merece esse direito de acolhimento. Foi aberto outro no Brás. A gente sabe que há bastante gente em situação de rua precisando de acolhimento. Foi aberto um terceiro na Vila Mariana, que também tem uma demanda grande. Vão ser abertos mais quinze CTAs até o final do ano em todas as regiões, onde há necessidade comprovada, inclusive pela própria FIPE de 2000.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra a Sra. Kely, do Conselho Regional de Serviço Social.

A SRA. KELY – Bom dia a todos. Em nome do Sr. Presidente da comissão, cumprimento toda a mesa. Sou assistente social e estou na condição de Presidente do Conselho Regional de Serviço social e represento 33 mil assistentes sociais ativos no Estado de São Paulo.

Em primeiro lugar, eu só quero dizer que a fala aqui é independente, autônoma de qualquer partido político e de qualquer outra corrente, para que isso fique muito nítido nos próximos vídeos que virão. (Palmas)

Sr. Secretário, quero dizer que, desde o início desta gestão, a gente começa em janeiro com um desagravo público por ofensas que a categoria de assistentes sociais sofreu. Convido a todos a visualizar o vídeo no *site* do CRESS São Paulo, que demonstra um total desrespeito a uma profissão que existe há 81 anos no Brasil e que constrói, dentre todas as políticas, especialmente a política de Assistência Social. A gente faz política e gestão todos os dias no nosso trabalho, e não usamos de deboche, de risadas ou de outros vídeos para fazer essa gestão.

Então, eu reivindico aqui, Sr. Secretário, respeito à categoria de assistentes sociais, que sejam ouvidos, que sejam chamados no concurso e respeitem o nosso acúmulo, inclusive teórico, na área da assistente social especialmente. Eu reivindico isso aqui.

Quero dizer do repúdio total ao controle social desta Cidade. Esses CTAs não têm

tipificação. Não passaram por controle social, e a sociedade não aceita serviço seja de doação ou qualquer outro tipo de coisa. Eu vou focar aqui a minha fala num decreto soltado na semana passada, que humilha usuárias e usuários da política de assistência e de outras políticas da Cidade, que é o trabalho voluntário na Prefeitura de São Paulo.

Reivindico, Sr. Secretário, uma gestão junto ao Sr. Prefeito, para revogação imediata desse decreto. (Palmas) E não sendo possível, de imediato, a revogação, que o Sr. Secretário faça a gestão, para que jamais essa atrocidade chegue na política de Assistência Social, porque isso é humilhação de usuários e usuárias dos serviços, dos trabalhadores e trabalhadoras, que são sucateados e que levam, nas costas, essa política, fazendo o que podem e o que não podem na ponta desta Cidade. Então, Sr. Secretário, eu gostaria que o senhor dissesse para gente como se dará a sua gestão para barrar essa atrocidade do trabalho voluntário, que coloca no campo do favor aquilo que conquistamos historicamente como direito essencial. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Sr. Ricardo de Lima, do Conselho de Assistência Social – COMAS.

O SR. RICARDO DE LIMA – Bom dia a todos e a todas. Eu fico bastante estarecido. E ainda bem que o Ricardo Nunes está aqui, que nós, ao longo dos anos, vimos discutindo o orçamento da pasta da assistência social com bastante propriedade.

Eu ouvi de forma recorrente do Secretário Filipe Sabará a palavra “responsabilidade”. Foi recorrente durante várias vezes na fala dele. Mas eu me pergunto onde está a responsabilidade quando se tem um orçamento na gestão anterior, tudo bem, mas que foi acompanhado por uma equipe de transição, segundo o próprio Prefeito João Doria apresentou, que teve um orçamento enxuto, apesar da disputa colocada nesta Casa por todas e todos os militantes da Assistência Social no ano passado, e esta Casa compactuou com um orçamento que não ampliaria um único serviço da rede socioassistencial, para a tristeza de todos nós, militantes da Assistência Social. A fala foi “crise”. E aí temos quatro CTAs abertos,

temos Atendes abertos. E o custo da construção do serviço pode até ter sido doado, mas os recursos humanos que são pagos para executar esses serviços são todos saídos da rubrica da assistência social, como é verificável em todo o Diário Oficial.

Existe um convênio para a execução daquele serviço. Um convênio que não passou por licitação, conforme a Lei 13.019, que está em vigor, uma lei federal, nenhum deles passou por licitação, nenhum deles passou por concorrência pública, e não foi aprovado pelo Conselho. Então eu fico procurando onde está a responsabilidade de um governo que se diz gestor. Exemplificando: você tem mil reais para gastar, e há a previsão de ter mil reais para executar, e aí abrem serviços novos. Eu fico me perguntando onde está a responsabilidade, onde está o gestor, onde está o governo gestor, que não administra um recurso. Nós temos um desequilíbrio financeiro, mas eu fico me perguntando onde está a responsabilidade diante de uma crise apresentada e eu abro serviços, onerando a pasta de assistência social.

Eu teria muito mais questões técnicas, entre elas questionar a Portaria 41, que nós já colocamos isso olho a olho do Secretário Filipe Sabará, entre questão técnica e questão empírica. Quando falamos em número de redução na Assistência Social, nós estamos falando em pessoas humanas. Sejam usuários ou trabalhadores da Assistência Social, são pessoas humanas, que têm uma história, e tem uma história de vida. Em tempo de crise, qualquer gestão, seja ele de direita ou de esquerda, quando há perda de lucro, há demissões, porque os empresários não perdem a oportunidade de ganharem os seus lucros, e, quando há demissões, cresce o número de usuários da assistência social. E no momento que cresce o número de usuários, de pessoas que buscam a assistência social, o Secretário de Assistência Social e o Prefeito João Doria fecham as portas para a população pobre e carente.

Como eu não enxergo responsabilidade na execução orçamentária de um governo que se diz gestor, o pedido de encaminhamento é para que se crie uma comissão parlamentar de inquérito para investir essa tal responsabilidade, que eu não vejo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Vereador Fernando Holiday, faça o

favor.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Agradeço as vaias de todos vocês.

Para começar, Sr. Presidente, eu gostaria de agradecer ao Presidente, a todos os Vereadores, a todos os membros e autoridades presentes, ao Secretário e a todos que nos acompanham, pessoalmente, pela internet e pelos mais diversos veículos.

Antes, começo parabenizando o Secretário Filipe Sabará, que aqui...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Fernando Holiday) – Todos podem ver que são muito afeitos ao diálogo.

Começo o parabenizando o Secretário Filipe Sabará pela excelente exposição e por ter respondido pacientemente todas as dúvidas e ter desmentido, pacientemente, todos os boatos. Essa Secretaria, nessa gestão, tem feito uma grande diferença, passando a ser não somente a Secretaria de Assistência Social, mas também a Secretaria do Desenvolvimento Social.

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – E com desenvolvimento social, em tão pouco tempo, conseguiu empregar mais de 1700 ex-moradores em situação de rua.

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – A Secretaria, com toda essa mudança, nos últimos meses, sem nenhum centavo saído de dinheiro público, e até o final desse mês, cinco CTAs. E CTAs com qualidade, capazes de atender diversos e diversos moradores em situação de rua. E é realmente lamentável...

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Sr. Presidente, eu gostaria de ter a minha palavra garantida. Parece-me que aqueles que dizem querer dialogar e dialogar não conseguem ouvir

o lado contrário. Mas podem gritar, gritem à vontade, não me importo.

Gostaria de dizer que os CTAs entregues são um símbolo de como essa gestão, sem nenhum tipo de preconceito com relação à iniciativa privada, vem conseguindo transformar vidas com o desenvolvimento social. É lamentável, porém, que (Ininteligível) ter ouvido nessa mesma audiência que muitos assistentes sociais não pôde dizer a verdade, mas muitos dos que aqui se encontram hoje simplesmente não se importam com os resultados tão magníficos vindos dessa gestão.

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Não se importam simplesmente por uma questão política, simplesmente por uma questão de política.

- Manifestação do público.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Podem virar, virem as costas.

Sr. Presidente, eu só estou me alongando justamente por conta de toda essa manifestação intolerante. Mas, aos poucos... Se me deixarem concluir, eu concluo.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Fernando Holiday, é que o Secretário precisa se ausentar, e ele vai responder (Ininteligível).

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Por favor, paciência ao povo do plenário.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Peço silêncio para que o Secretário possa responder às indagações agora formuladas. Apelo a Fernando Holiday para que possa concluir.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Apenas para concluir, Presidente: apesar de toda a intolerância que aqui presencio, quero encerrar dizendo que a Secretaria está de parabéns por todo o trabalho e por ter feito tanto com tão pouco e por ter feito tanto em pouco tempo. Encerro dizendo que fico feliz que a manifestação de intolerância tenha sido somente na minha fala, porque infelizmente todos nós fomos obrigados a ver um festival de intolerância quando o

Secretário tentou conversar com vocês e os seus conselhos.

Muito obrigado, Presidente. E mais uma vez lamento a intolerância de todos. Mas o grito de vocês não vai acabar com esse excelente trabalho e com essa excelente gestão! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Tuma) – Passamos a palavra ao Secretário...

A SRA. JULIANA CARDOSO – Pessoal, quero falar com o Secretário. Licença um pouquinho, Tuma e Nomura. Licença. Um minuto, por favor.

Nomura, Líder de Governo, a gente já compreendeu que a chegada do Secretário junto com vocês foi para tentar justificar uma caminhada e uma organização do Governo. Porém eu cheguei às 8h40 junto com o senhor. E quero dizer para o Secretário Sabará: estive com você há uns 15 dias, e nessa nossa conversa eu falei que estaríamos protocolando uma audiência pública, das 9h às 13h, que seria um horário que comportaria muito organizadamente que falassem os Vereadores e as pessoas presentes. Eu sei que tem outro compromisso, que parece que é uma entrevista coletiva, mas eu acredito que se o senhor finalizar aqui conosco já é um caminho para o diálogo, porque em todos os lugares ou é fechado, ou é entidade reduzida, ou não tem o espaço onde a gente dialoga. Então hoje, aproveitando que estão todos os Vereadores aqui, quem sabe a gente já também começa a colocar em pauta para agora, no final do ano, a questão do orçamento da Assistência, mas também ter essa organização, que é o senhor ficar, ouvir e finalizar. É um pedido mesmo. Eu acho que a Casa tem essa prerrogativa, e a Casa pode ajudar e auxiliar, inclusive, com os Vereadores e a população e a sociedade civil, os trabalhadores, as entidades, para caminharmos na questão da assistência social.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Passo a palavra ao Secretário Filipe Sabará, para que possa, se possível, atender o apelo da Vereadora Juliana Cardoso, no sentido de pedir a compreensão do Prefeito João Doria, que o está esperando, pois é muito importante que possa concluir respondendo as perguntas. Esse é o apelo que eu

também faço ao Líder. Porque eu tentei, desde aquele momento, ligar algumas vezes para o Prefeito João Doria. A mim ele não pôde atender, mas acho que o Aurélio Nomura, Líder do Governo, ele vai atender.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Senador Suplicy, eu acho que o senhor tem a primazia, porque é bom de falar, que, inclusive, naquele programa do Prefeito, o senhor foi o único Vereador que foi convidado. Então é bom deixar claro o respeito que ele tem por V.Exa., mas na realidade nós combinamos, nós tivemos aqui 9h, aqui a Comissão atrasou.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas o acordo era nove e meia.

O SR. AURELIO NOMURA – Espere um pouco. Nós estivemos nove horas e tivemos aqui para discutir. Desde o começo nós estamos falando que o Secretário teria que sair, era 11h, esticamos e a data limite é 11h40. Ele vai responder...

—
- Tumulto.

O SR. AURELIO NOMURA – Um momentinho, por favor, se não é melhor encerrar já. Na realidade é o seguinte, nós não estamos fugindo da luta, não é a primeira. Não tem essa de não.

- Tumulto.

O SR. AURELIO NOMURA – Na realidade é o seguinte, nós vamos ouvir o Secretário, ele vai dar os esclarecimentos e vamos marcar uma outra. Era isso e é essa a posição como nós acordamos com a Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vocês não. Vocês não acordaram.

O SR. AURELIO NOMURA – Falei com a Vereadora Juliana e falei com o Vereador Suplicy.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vocês anunciaram, não foi acordado. O acordado comigo foi com o próprio Felipe Sabará, das nove e meia às treze.

A SRA. – E não é possível a gente ouvir todos os Vereadores da

Casa agora, que é para ouvir a população, o Secretário vai embora. Isso aqui é uma audiência, o povo precisa falar, todos os Vereadores falaram, inclusive os Vereadores da base, que já tem uma relação direta com o Secretário. Agora, na hora de ouvir a população, os trabalhadores da assistência social, o Secretário simplesmente vai embora. Que tipo de audiência é essa?

O SR. – Uma questão de ordem. Secretário, muito breve, eu queria pedir com muita firmeza e no maior...

O SR. – O Alan responde para vocês, está bom, o Alan responde.

O SR. – Queria pedir a serenidade de todos, na saída do Secretário, eu queria pedir a serenidade de todos.

- Tumulto. Manifestações simultâneas. Ininteligível.

A SRA. – Secretário, uma data que o senhor vai retornar para essa Comissão.

O SR. – Estou pedindo serenidade na sua saída. Não acietamos provocação. Ele quer bolinha de papel, ele quer um desculpa para desqualificar a nossa intervenção. Eu ia pedir que respeite a serenidade na saída dele, para que ele não use de qualquer bolinha de papel, como já foi usado, para tirar o foco da seriedade do nosso debate.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Dessa forma, infelizmente, Vereador Nomura, Líder do Governo, que desrespeita uma audiência pública que já foi pedida há mais de 15 dias, combinada com o próprio Secretário. Mas sabe o que é, galera, é que o almoço do sábado, acho que conseguiu caminhar alguma coisa aqui com os Vereadores do Governo. Essa é que é a realidade.

A SRA. - Não é possível que o Secretário vá sair fugido de uma audiência antes de ouvir o que a população

- Tumulto. Manifestações simultâneas. Ininteligível.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Secretário Felipe Sabará, que possa dar aqui a sua palavra de conclusão. Se ele avaliar que se dispõe a continuar o

diálogo conosco vou pedir para ele marcar a continuidade desse diálogo, se ele, de fato, tem algo que o Prefeito está demandando, que é tão urgente que ele não pode continuar hoje aqui falar conosco. Então que ele marque uma data em que possa...

- Tumulto.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Por que o Prefeito não vem então.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Ele fugiu pela porta de trás.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Líder do Governo, Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Nós...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Se for possível chamá-lo de volta é bom.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Eu não sei. Cadê? Onde ele está?

A SRA. JULIANA CARDOSO – O senhor Secretário foi embora pela parte de trás. Saiu pelos fundos porque tem medo de encarar a comunidade.

O SR. AURÉLIO NOMURA – A realidade é a seguinte: tínhamos falado – volto a falar – que o Secretário tinha dificuldades para vir. Fizemos...

- Manifestações na plateia.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Um minutinho, por favor, assim não dá para continuar. Vocês me dão licença um momentinho.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Permitam o Vereador Aurélio Nomura explicar, daí vocês falarão.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vocês me permitem falar? Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vamos ver qual é o compromisso do Vereador Aurélio Nomura.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Na realidade é o seguinte, o Secretário ia falar, na

realidade tínhamos feito um acordo aqui com o Suplicy, que íamos ficar até às 11h. Foi protelado para ficar até às 11h40.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Você disse que o Secretário precisaria sair até às 11h30. Pedi mais tempo e ele disse que ia ligar ao Prefeito para poder continuar.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Então, 11h40. O que estou querendo dizer é o seguinte, não temos só esta audiência pública, é que ele tinha...

- Manifestações na plateia.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Podemos marcar outra, não tenha dúvida. Temos outras audiências públicas para serem marcadas. Na realidade é isso.

O SR. TONINHO VESPOLI – Vereador Nomura, vou repetir, acho que está havendo todo esse imprevisto, mas dá para sairmos daqui com uma data marcada para uma próxima audiência pública?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não dá. Acho que temos de consultar o Secretário.

O SR. TONINHO VESPOLI – Uma data indicativa, daqui uns 15 dias?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Vou consultar, vou conversar com ele.

- Falas simultâneas.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Aqui é uma audiência pública. Essa audiência pública está sendo gravada. Aí quero uma consulta ao plenário: se a gente continua para fazer a escuta das pessoas das entidades, trabalhadores que estão aqui. E aí com a presença dos Vereadores de Governo, que seria bom, para que possamos dar continuidade, porque aqui dá para ainda solicitar diversos documentos.

Então vou pedir para os Vereadores de Governo, o Secretário já foi, então não adianta querermos ficar aqui questionando. Vamos voltar para o plenário, já que o Governo não vai conseguir colocar uma data indicativa porque tem de consultar a agenda. Então voltamos para o plenário, escutamos quem está aqui, junto com os Vereadores que ainda estão

presentes, que também querem falar. E damos continuidade na audiência pública. Pode ser?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para dizer, esta reunião está gravada. Todas as perguntas, vamos encaminhar para o Secretário para que ele possa responder. Eu acho que é isso.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vamos lá então. Querem que continuem.

O SR. _____ - Uma questão de ordem, Juliana, dentro da sua proposta, só para poder encaminhar porque houve um desrespeito aqui.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Com certeza.

O SR. _____ - Esse Secretário, no mínimo, deveria ser demitido pela população.

- Manifestações na plateia.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Que é isso. Isso é uma brincadeira.

O SR. _____ - Posso terminar? Só um minutinho, pessoal. Então eu fui desrespeitado aqui como Ouvidoria da Defensoria. Não posso aceitar isso, que um Secretário vire as costas, porque ele é obrigado a dar explicação do seu trabalho. Ele é funcionário público, tem que dar explicação sim.

Minha segunda proposta, Juliana, completando a sua, é que a gente saia daqui com propostas bem claras. Tem uma proposta de abrir uma CPI. Tem uma proposta de chamar todos esses empresários que estão fazendo doação para a Prefeitura, que tragam o Imposto de Renda deles aqui e mostrem.

E queremos também a lista de todos que estão empregados e daqueles que foram desempregados e que está na Comissão de Direitos Humanos, saia na comissão de acompanhamento desse programa, já que ele não vai ao Comas para discutir.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Muito bem.

O SR. _____ - E a outra questão, não sei se foi recomendação ou se uma negociação com o Governo, que tem de submeter todos esses programas novos ao

Comas. É a única condição de se iniciar o trabalho.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só preciso que você faça por escrito para podermos formular aqui junto com o nosso Presidente.

Então vamos continuar, é isso?

A SRA. _____ - Pela ordem, Presidente, só queria registrar para que o pessoal dê uma olhada em qual é a agenda que o tal Filipe Sabará tem com o Prefeito agora, que é inadiável e que por conta disso ele não pode ouvir o que os trabalhadores de Assistência Social tem a dizer.

É a segunda reunião geral com dirigentes das corretoras de valores da Bovespa. Em função disso o Secretário não tem capacidade de cumprir com a sua obrigação enquanto um servidor, enquanto alguém que tem que ouvir a população, porque ele foi convocado para essa audiência e tem negócios a resolver junto com o Prefeito, com o Vice-Prefeito, com a Secretária de Trabalho e Empreendedorismo. Isso é uma vergonha realmente.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Quarta-feira, já foi aprovado o requerimento na Comissão de Administração Pública, então Nomura, você que é Líder de Governo, já foi aprovado na Comissão de Administração Pública, segundo o Vereador Alfredinho que está conosco, às 10h, com o Secretário Filipe Sabará e junto com o Secretário de Finanças.

Então já tem uma audiência pública e espero que o senhor consiga trabalhar para que esses secretários voltem aqui.

Podemos continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Caro Vereador Aurélio Nomura, quero registrar que estava conversando com vocês, tentando chegar a um entendimento e de repente quando olhei para o lado a cadeira estava vazia.

Quero lhe transmitir algo porque muito educadamente recebi o Secretário Filipe Sabará, o cumprimentei e tudo. Então considero uma atitude civilizada e de respeito, pelo menos, dizer ao Presidente: agora tenho que ir embora e sair. Mas ele nem me falou nada.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Só quero registrar isso, porque assim como eu fiquei: uai, cadê o Secretário? Todos aqui também ficaram.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Suplicy, ele falou.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Presidente, saiu escoltado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Viu ele falar comigo, pegou no meu braço e falou?

O SR. AURÉLIO NOMURA – Ele falou.

A SRA. JULIANA CARDOSO – O próximo inscrito, Carlos Nambu, Conselheiro do Comas.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Só para dizer, o Secretário não precisava ter vindo. Ele foi convocado, veio a convite e quis vir aqui debater com vocês. É isso o que estou querendo dizer a vocês. É isso.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

O SR. AURÉLIO NOMURA – Não é, é convite. É convite, fez questão de vir aqui. É isso e fará questão de vir outras vezes. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Mas, Aurélio, então daremos continuidade e vamos ouvir todos os que estavam inscritos. Se o Vereador Aurélio Nomura quiser ouvir e os demais Vereadores também, estamos aqui para ouvi-los. Então, chamarei os inscritos e delimitar o tempo em três minutos para cada um.

Tem a palavra o Sr. Carlos Nambu, Conselheiro Nacional do Comas.

O SR. CARLOS NAMBU – Bom dia a todos e todos, eu sou Conselheiro Municipal.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Sim, Conselheiro Municipal. É que alguém escreveu Nacional.

O SR. CARLOS NAMBU – Não estou representando, mas também estou como Conselheiro Nacional de Assistência Social. Queria falar e cumprimentar a Mesa e as

autoridades, acho que chegou o momento em que precisaremos, pois intervenção legislativa não é o controle externo da receita? Porque vemos que as contas não fecham.

As contas não fecham, fala-se uma coisa, foi apresentado pelo Vereador Donato ou outro e em nenhum momento na aprovação ano passado do Orçamento foi falado que a assistência social precisaria de disponibilidade de receita para poder bancar. Essa é a primeira coisa. Foi aprovado e sancionado pelo Prefeito. Fica a pergunta: nós temos 947 emendas parlamentares, vai ter dinheiro para isso?

Agora, os Vereadores – não digo que não deveriam – mas tiveram aumento de 20%. Não? Não tiveram? No ano passado?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. CARLOS NAMBU – Tá, foi aprovado, pelo menos é o que estou sabendo, e foi veiculado na mídia que vai ter esse aumento. Será que vai ter dinheiro para poder bancar esse aumento?

Agora, em nenhum momento foi colocado o que onerou a receita, onde foi gasto, o motivo pelo qual está faltando, porque falaram que vai ter orçamento só até setembro. Teve algum remanejamento? Porque tem a desvinculação, que o Prefeito pode alocar para onde quiser. Então, foi alocado para onde? Será que tirou da assistência e alocou para outro lugar? É isso que a sociedade precisa saber.

E, agora, por que há uma opção do Governo? Até fazendo reunião com representantes de entidades para pactuar uma redução nos convênios, por que não pactua outra questão que não seja relacionada a direitos sociais? Fica essa questão até para que os Parlamentares verifiquem. Por que esse desconto - o que falta - ele tira dos direitos sociais? E preocupa, porque foi falado até que em 2018 teremos a recuperação, tal e aí volta tudo ao normal. Não foi isso que foi falado?

Só que na Lei de Diretrizes Orçamentárias aprovada para 2018 o Plano de Metas do Governo não aponta nenhuma melhoria ou manutenção dos serviços já existentes. Então, a

Lei de Diretrizes Orçamentárias já fala no PPA – Plano Plurianual – e na Lei Orçamentária Anual para 2018 nós estaremos no limbo. Reduz e continuarão nessa redução, porque aí eles irão falar: “Não, tem a Emenda Constitucional 95 que congela os gastos por 20 anos, então vamos manter o que teve no ano passado, que seria esse corte”. Então, isso é um problema.

Agora, para poder finalizar, todo mundo falou em desrespeito às instâncias de controle social, que era importante esse respeito ao Comas. Mas, queria colocar que já saímos do limite do respeito, entramos na questão da ilegalidade, porque não tem nada normatizado pelo Conselho.

Gostaria só de um tempo a mais para fazer uma leitura: “Os Conselhos de Assistência Social são as instâncias de deliberação, responsáveis pela aprovação dos serviços, programas, projetos e benefícios da política de assistência social. Todas as propostas de criação e implantação e/ou alteração de serviços, programas, projetos e benefícios da Política de Assistência Social devem ser apreciadas e aprovadas pelos Conselhos de Assistência Social em suas respectivas esferas.” Posso até se quiserem deixar as legislações, inclusive está previsto na lei do Comas.

É importante colocar que saímos do desrespeito e entramos na ilegalidade com tudo isso que está se alterando, está se criando, está se implantando, sem uma norma técnica, sem uma discussão técnica no Conselho.

Temos um problema mais sério que vai além do respeito à instância de controle social, que é a ilegalidade quanto a isso. Queria pedir, como Conselheiro do Comas, que a questão do Orçamento já ultrapassou os limites. Já tem de entrar uma intervenção do controle externo, que é o Legislativo junto com o Tribunal de Contas e outras instâncias.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem, obrigado, Carlos Nambu. Peço à Vereadora Juliana que leia o nome de todos os inscritos para procurarmos respeitar o tempo de cada um, pois nossa reunião vai até às 13h. Daremos tempo a todos os inscritos.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Os nomes são: Padre Lédio, Vereadora Soninha, Nazareth, Diego, Vereadora Patrícia, Tâmara Cereja, Luciana Andrade, Vereadora Sâmia, Lucas de Almeida, Eugídio, Vereadora Juliana, Carlos Henrique, Davi, Maria Cristina, Ricardo Nunes, Maurício Ferreira, Elcio, João Batista, Antonio Marques, Maria Cecília, Regina Paixão. São esses os inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Se cada um falar três minutos, tanto os Vereadores, como vocês, conseguiremos escutar todos.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra o Padre Lédio, do Instituto Rogacionista. Por favor, seja bem-vindo. A próxima será a Vereadora Soninha.

- Manifestações na plateia.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Okay, gente. É ridículo. Padre Lédio.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Tem a palavra.

O SR. LÉLIO – Boa tarde. Já são 12h07. Gostaria primeiro de cumprimentar a Mesa na pessoa do Vereador Suplicy, mas principalmente cumprimentar os trabalhadores e usuários presentes, que vivem essas incertezas desde o início desta gestão.

Realmente a nossa luta foi pelo fortalecimento da política pública da Assistência Social, e hoje infelizmente estamos aqui para garantir o mínimo. É vergonhoso o retrocesso que a nossa Cidade está fazendo no campo da assistência social. Há uma incerteza muito grande com relação ao que realmente esta gestão quer com a política pública da Assistência Social.

Não se faz uma reunião com organizações sociais às 14h numa sexta-feira, dia de conferência municipal, como se nós, presidentes – eu sou diretor-presidente de uma organização social -, não tivéssemos outros compromissos, como se essa questão do convênio não nos preocupasse.

Estamos, como Assistência Social, trabalhando com proteção social. Isso é um termo muito forte que não se resolve com uma campanha de agasalho, não se resolve com uma campanha de alimentação. Ela se constrói dentro de uma política, e isso não pode continuar sendo exercido na nossa Cidade do jeito que está sendo, parece que na precarização: “Ah, hoje eu vou fazer uma reunião, então vou chamar os presidentes da sociedade civil, não importa se eles têm ou não outros compromissos”, e assim por diante.

Nós precisamos que seja reconstruído o caminho de planejamento, que nós saibamos o que este governo realmente quer com relação à Assistência Social. Isso só se fará a partir do diálogo. Precisamos novamente formar os grupos de trabalho que discutam proteção básica. Aqui se fala muito de proteção especial, e nós sabemos o quanto isso é importante, mas se não fortalecermos a proteção social básica nós nunca teremos recursos para atender a proteção especial, porque a proteção básica é antes de tudo aquilo que evita que haja moradores em situação de rua, que haja crianças, mulheres vítimas de violência. Sabemos muito bem, como gestores de serviços que atendem a essa população, que a maioria das crianças atendidas, por exemplo, no CCA, dificilmente será atendida pelo Conselho Tutelar, porque encontra a proteção do Estado naquilo que é necessário.

Eu gostaria de fazer a pergunta para o Secretário – ausente e desrespeitando que vim da Lapa, no frio, espremido dentro de um trem, para esta audiência – o que ele está fazendo, qual é o plano da Secretaria para o fortalecimento dos trabalhadores, porque o que os nossos trabalhadores ganham hoje é um vergonha, não faz jus ao trabalho prestado na Cidade. Então quais recursos serão aplicados para o reajuste dos trabalhadores neste ano?

Também gostaria de perguntar uma questão muito simples; que a Secretaria nos diga quando vamos ter os grupos de trabalho da proteção social básica e da proteção especial.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Padre Lélio.

Quero informar a todos e pedir à secretaria da Mesa que efetivamente estejam

sendo anotadas todas as questões, palavras aqui pronunciadas. E me comprometo a, assim que estejam prontas as Notas Taquigráficas, a enviar para o Secretário Felipe Sabará, para que ele nos responda por escrito cada uma das indagações aqui formuladas neste momento.

Agora a Vereadora Soninha Francine, que inclusive conheceu de perto, porque trabalho até abril para maio na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, e conhece bastante toda a problemática essa área.

Tem a palavra, Vereadora Soninha.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Obrigada, Sr. Presidente.

Minha fala vai como se fossem duas colunas: a parte que é verdade na fala do Secretário, e a parte que não é. De fato, esse Governo tem uma dificuldade muito grande em compreender o que significa e tudo que é abarcado pela Assistência Social. De fato, a proteção básica é deixada completamente de lado e, dentro da proteção especial, só se fala em população de rua.

Na verdade a proteção especial vai muito além disso, tem muitos outros serviços além desse. Até se costuma dizer que a população de rua é invisível. Muito mais invisível é a população atendida pelo SASF, é a população atendida nos centros de acolhimento institucional. O fato de a população de rua ser muito visível significa que mais gente é sensibilizada e mais gente se sente incomodada pela presença dessa população.

A parte verdadeira do que o Secretário diz é a da dificuldade orçamentária. Isso é fato. Houve uma previsão de despesas, feita do ano passado para este ano, muito menor do que o que realmente vai acontecer. Um exemplo bem significativo é o da compensação tarifária. Se o Prefeito tem de arcar, a Cidade toda tem de arcar com essa promessa de não aumentar a tarifa.

No ano passado o subsídio, a compensação tarifária já foi de 2,6 bilhões de reais. O previsto para este ano no orçamento foi de 1,7 bilhão de reais. Quer dizer, se fosse o mesmíssimo valor de compensação do ano passado, já teria uma deficiência de algumas

centenas de milhões. Mas só neste ano, no começo do ano, a compensação tarifária já foi 23% maior do que tinha sido no ano passado. Então existe uma dificuldade real de Orçamento, além de algumas despesas que a Assistência passou a ter do ano passado para esse. O Ceas 4 que é um serviço super especializado e que tem um custo correspondente a isso, tem um custo mais alto. O convênio com o Governo Federal foi desfeito, foi encerrado no ano passado, então essa é uma despesa mensal muito significativa que passou a ser arcada com recursos municipais.

Agora, a parte que não é verdade. Não é verdade, por exemplo, que novos serviços tenham sido inaugurados a custo zero. Nem desde a implantação, por exemplo, apesar de algumas doações terem sido feitas por empresas para adaptação de espaços físicos, os espaços em si não são gratuitos, têm um pagamento de aluguel significativo, substancial. Foram contratados serviços naturalmente para a gestão desses espaços e sequer os espaços contaram só com doações para serem abertos. Quer dizer, o mobiliário é do almoxarifado da Secretaria de Assistência Social, o transporte, equipes foram mobilizadas para isso. Então não é verdade o custo zero. Óbvio.

Muitas doações que foram anunciadas não foram concretizadas. Muitas características dos serviços novos não funcionam de verdade, quer dizer, o serviço, tem um canil, mas o canil não funciona até porque não foi executado como deveria. E até certo ponto, o nome, mais mudou o nome do serviço do que o serviço propriamente.

O CTA não é muito diferente, ou, não é quase nada diferente do núcleo do convivência com vagas em dormitório. É o Atende não é muito diferente de um Núcleo de convivência com vagas emergenciais. E nós tivemos o fechamento de mais um serviço que tem uma divergência entre o Ministério Público e a Defensoria, mas eu concordo, eu me alinho com a Defensoria. Mas teve, na semana passada, o fechamento da Tenda Bela Vista, um serviço estratégico num lugar insubstituível, que tinha condições muito precárias sim, mas atendia centenas de pessoas durante o dia. Prestava até uma retaguarda importante ao CAP e foi

encerrado, não foram reabertas as tendas Bresser, Alcântara e a tenda da rua Helvetia há muito tempo não é uma tenda, porque ela não tem gestão, ela é um espaço físico compartilhado, e muito precariamente, pela Saúde e pela Assistência Social.

É evidente que tem uma incompreensão pelo Secretariado que é o Ceas, do papel do Ceas. Evidentemente ele entende que o Ceas é um serviço de convencimento para que a pessoa saia da rua, e por isso, esse remanejamento de mais pessoas para atender o Ceas à noite, considerando que esse é o papel do Ceas, desconhece completamente todo o vínculo, a escuta qualificada, todo o acompanhamento que é feito pelos profissionais do Ceas.

E o Cap, se o Secretário já esteve alguma vez na central do Cap, que é de uma precariedade ridícula, absurda. É feito, o controle de vagas disponíveis é feito na base de papel e caneta. E os números normalmente são muito inflados nas entrevistas, nos pronunciamentos oficiais fala-se de um número disponível de vagas, quer dizer, ainda por cima esses trabalhadores que vão passar, ainda temos uma esperança de que isso seja revertido, e uma possibilidade real que isso seja revertido.

Mas esses trabalhadores que passariam a atender à noite, fazer o serviço do Ceas à noite, ainda teriam uma cobrança completamente absurda, de que eles cumprissem esse papel, que não é do Ceas, e ainda que fosse, não é verdade: não existe uma retaguarda verdadeira para acolher as pessoas em situação de rua, ainda que elas peçam, ainda que elas queiram. Elas não são obrigadas a querer, mas ainda que elas peçam não adianta ter mais gente de abordagem se, de fato, não tiver o serviço para acolhê-las.

Tinha uma lista de outras coisas aqui, e vou continuar falando elas em outro fórum, enfim, somos vereadores e temos várias ocasiões para falar disso, mas para concluir, se existe na verdade uma dificuldade orçamentária, o que não poderia haver é a criação de novos serviços caros e ainda por cima dizendo que são a custo zero. E numa política de médio e longo prazo, não existe controvérsia, quase todo mundo entende que o centro de acolhida não é o caminho para se garantir autonomia da pessoa em situação e rua para que ela se

reconstrua, para que ela tenha direito à privacidade, à reorganização. O serviço de república é muito mais interessante, muito mais adequado e o custo por usuário é a metade do que o custo num centro de acolhida.

Então, uma política verdadeiramente de melhora dos serviços e de economia ao mesmo tempo foi totalmente ignorada. É uma demanda das várias conferências, tem vários planos e ainda assim se continua investindo na abertura de grandes equipamentos, com portão, com controle de acesso, com senha, completamente diferente do que se demanda e do que se deveria fazer agora.

Obrigada pela presença e atenção de vocês. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO - Sr. Presidente, eu só queria falar que o Diego, conselheiro municipal da juventude, da Pastoral da Juventude, está presente e queria falar, mas retirou a inscrição para dar voz ao restante das pessoas que estão aqui.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Foi muito importante, querida Soninha, esse seu depoimento, inclusive, a sua experiência ali na Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social.

O Ricardo de Lima trouxe uma referência às mulheres. Então, se me permitirem, vou pedir à Juliana Cardoso, que é mulher, possa ler a sua comunicação. Tudo bem?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Vou só pedir para a Nazaré ficar aqui perto porque é a próxima.

“Peço que faça menção a força e a coragem da mulher na pessoa de Luciana Temer que nunca se retirou de uma audiência pública, que nunca compareceu a nenhum espaço com seguranças de GCM a tiracolo, sempre dialogou com todos. Claro, não foi a Secretária exemplar, de melhor, mas teve sempre coragem e habilidade de ficar até o fim, mesmo quando esta Casa inteira gritava ‘Fora Temer’, em menção ao seu pai. Por isso, ressaltamos a força, dignidade e hombridade da mulher encarando todas as críticas. Ricardo de Lima” (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Agora, Nazaré Cupertino, do Condepe.

A SRA. NAZARÉ CUPERTINO – Bom dia a todos, gostaria de começar quando comecei a minha militância em direitos humanos e na política social, comecei a partir de uma música infantil que dizia o seguinte: “e já vem a gente grande com suas contas engraçadas de somar, não se aproximam das favelas e dos campos e têm medo de tudo que é popular.” É uma musica que aprendíamos nas comunidades.

O que vejo hoje não é mais medo do popular, é um profundo desprezo à população, um profundo desprezo à organização social, um profundo desprezo ao controle social em todos os âmbitos temos visto isso.

Temos visto aqui nesta Casa Legislativa, temos visto na Assembleia Legislativa que lança um projeto de lei que tira da sociedade civil a escolha da ouvidoria de polícia. E estamos lutando muito lá para que isso não aconteça, isso vem na esfera da defensoria pública que numa decisão do conselho superior elimina a organização do ouvidor geral da defensoria pública realizado pela sociedade civil, e o próprio conselho agora que escolhe a sua ouvidoria. E um profundo desprezo pelo Conselho Municipal de Assistência Social da pasta da Secretaria que passa projetos, que faz suas próprias portarias à mercê do que acontece no Comas e com a completa ausência do Poder Público nessa instituição, ficando a sociedade civil sozinha lutando pelo controle social e tentando deliberar políticas públicas.

Então, hoje, o que vemos é um profundo desprezo, somos cotidianamente desprezados enquanto pessoas, trabalhadores, organização e população trabalhadora e a população pobre deste país, desprezada. E as contas são engraçadas mesmo, porque falta dinheiro para muita coisa, mas vimos o Michel Temer promovendo grandes jantares para aprovar propostas antipopulares.

Vimos vários deputados recebendo dinheiro para votar para ele não ser investigado, e vimos em São Paulo, um jantar no sábado, com os vereadores para discutir a

desestatização. Não com todos, nem todos se prestam a esse papel. Mas a ideia de gestão de promover jantares é horrível. Então, é nesse contexto que estamos falando.

A minha fala foi muito contemplada, só quero reafirmar a fala do nosso ouvidor, talvez o último ouvidor escolhido pela sociedade civil, que é o Alderon Costa. Precisamos abrir uma CPI da assistência social. Isso se faz urgente, isso se faz necessário para recolocarmos a assistência no seu devido lugar. Precisamos entender quem está no trabalho novo, relação de nomes, relação de dados, onde estão trabalhando, em troca do quê, por quê. Por que as empresas resolveram fazer tantas doações para a assistência social? Agora, a gente precisa retomar e recolocar a política da assistência social como política de Estado. É dever do Estado e é direito da população que dela necessita.

Então, peço que esta Comissão encaminhe uma proposta de abrir uma CPI da assistência social em todos os níveis para investigar profundamente o que está acontecendo.

Uma outra questão que não gostaria de me furtar, aproveitando os espaços, seria a CPI, eu concordo com a Soninha, é necessário que a gente entenda o que o Sabará está entendendo de Seas, serviço especial de abordagem de rua. É verdade que a população de rua pede mais abordagens à noite, principalmente aquelas que querem, mas duvido que a população de rua tenha pedido o encerramento do serviço durante o dia, onde todos os demais serviços funcionam para que ela possa acessar em plenitude todos os serviços.

E por fim, eu não estive com a Patrícia Bezerra ainda, é a minha última fala. Nós, que militamos no conselho, na militância dos direitos humanos, a gente ficou profundamente insatisfeita com a forma como a Secretaria Municipal de Direitos Humanos foi tratada. E nos sentimos muito representados, Patrícia Bezerra, por você que era o único canal que estava abrindo para as discussões de direitos humanos.

Então, que você receba a nossa solidariedade, ainda que tardia, porque só encontrei com você agora, em relação à sua saída. A sua saída foi de coerência, no momento mais difícil da Cidade, quando a Secretaria foi ocupada e a Patrícia estava abrindo todos os

canais de diálogo. Mas parece que esta Secretaria, que esta Prefeitura não quer mesmo dialogar. Todas as portas de diálogo são fechadas. Então, quero aqui registrar isso enquanto Condep, porque estamos bastante solidários. Obrigada. (Palmas)

A SRA. JULIANA CARDOSO – Só para justificar, eu também estou aqui cutucando os vereadores. Cada um está falando seis minutos e vamos prejudicar quem está no final para poder ser ouvido.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Nazaré Cupertino. Agora, Tamara Cereja, Coletivo de Servidores. A próxima é a Vereadora Patrícia Bezerra, e depois Luciano Andrade Teixeira.

A SRA. MARIA MOTA – Bom dia a todos. Eu falo em nome de Tamara Cereja e do Coletivo de Servidores. É uma manhã bastante tensa para nós, eu anotei uma série de coisas e vou tentar sintetizar. Primeiramente, meu nome é Maria Mota, sou assistente social e trabalho na região de M'Boi Mirim. Eu me sinto totalmente desrespeitada, desde o início desta sessão, porque os vereadores ficaram no ouvido do Sabará desde o início, sem permitir que ele nos ouvisse. Então, quando um vereador vinha falar, toda Mesa cessava, mas quando era um de nós para falar, alguém ficava no ouvido dele. Então, isso é um profundo desrespeito a dizer: não queremos ouvir essa sociedade, não queremos ouvir esses trabalhadores. Então, deixo aqui o meu profundo lamento.

Contudo, ainda assim, afirmo que isso é estratégico nos colocar no limite da nossa paciência, porque estamos na linha de frente, então, não nos ouvir é estratégico, nos incitar é estratégico, nos convidar a jogar água é estratégico, nos convidar a jogar papel é estratégico. Sejamos mais sábios e não caiamos nessa. (Palmas) Obrigada.

Tenhamos a possibilidade e a serenidade de nos manter ao diálogo, somos profissionais, somos técnicos e conseguimos fazer esse debate olho no olho, frente a frente. Detemos o conhecimento desta política e podemos fazê-la sem ceder a esses rompantes. Não somos crianças, não somos adolescentes, somos profissionais, somos técnicos. Atentemos a

quem é que defende a política de assistência e quem é que quer fazer joguinho. Têm urnas, faremos a diferença se quisermos.

Outra coisa que queria apontar é que a concepção de assistência social tem em sua matriz a proteção social não contributiva, direitos sociais garantidos dissociados do mercado de trabalho. Colocar na assistência social programas que visam garantir empregos revelam um profundo desconhecimento das funções dos direitos sócio assistenciais. A cidade de São Paulo tem uma Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo e a Smads é pasta de gestão e de política de assistência social e não cabide de empregos.

Por fim, embora o Sabará não esteja, eu queria perguntar, deixar registrado, qual é a posição desta gestão quanto ao assédio e perseguição dos trabalhadores tanto de servidores públicos, quanto profissionais das organizações que estão se posicionando criticamente às ações dessas políticas. (Palmas)

Estamos sendo perseguidos, estamos sendo cerceados, estamos sendo colocados na parede e o tempo todo: cala-te, não fala, fique quieto, cuidado com o seu horário, aonde você estava? São perguntas que nos têm feito, os nomes têm aparecido em tantas outras reuniões para dizer às organizações: cuidado com o seu trabalhador, cuidado com o servidor.

Então, que tenhamos fortalecimento para fazer debate técnico, esse é o espaço que nos cabe, que nos recebe e aqui a gente se mantém tecnicamente.

Por fim, tem de ser garantido o chamamento público para renovação dos convênios, não somente com falas, precisamos de documentos. Seas, Suas resiste. Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado. É Maria Mota o seu nome, da Câmara Cereja. Câmara Cereja é o nome da instituição a que você pertence.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Ah, uma troca. Ambas são

do coletivo de servidores. Muito bem.

Vereadora Patrícia Bezerra, que também ocupou a Secretaria de Direitos Humanos num momento crucial e tem um testemunho importante a dar.

A SRA. PATRÍCIA BEZERRA – Bom dia a todas e a todos. Queria fazer um agradecimento ao Comdep, já tinha recebido o ofício. E queria agradecer também publicamente. Obrigada, Presidente.

E queria também fazer um lamento. Tive o privilégio de dirigir a entidade social por 12 anos e quem dirige entidade social sabe o que representa um corte como esse num fomento ou num convênio. É muito raro se ter um provisionamento, capital de giro, é um sonho ter capital de giro numa entidade social. Se quatro no mundo tiver isso é muito. Ou então um provisionamento para mandar um colaborador embora, que dirá dispensar 10, 15 funcionários de uma vez só; 150 numa entidade de grande porte se for descredenciar vários convênios e fomentos.

Então quando você recebe uma notícia desse tipo e fica numa tensão, porque não sabe o que vai acontecer, fica num boato, é pior ainda. E quando vem um Secretário e não te diz exatamente o que vai acontecer, não sinaliza nem que sim nem que não e não dá nenhuma segurança. Numa reunião pequena fala que sim, vai acontecer, sinaliza que vai acontecer. Pede ajuda da entidade para reduzir o gasto e aí vem numa reunião maior e fala que não vai ter o corte, você não sabe que caminho tomar.

Então é muito complexo para quem está à frente dos trabalhos, para quem está gerindo a entidade, para tomar qualquer decisão. Então imagino como vocês estão nesse momento e também me solidarizo com isso.

O fato é que há um problema anterior a esse, como bem disse o Vinícius aqui, quando um Governo diz que a Assistência, o trabalho na ponta, fazer o cuidado, priorizar morador em situação de rua, a política nesse sentido ou a questão da Assistência no que diz respeito ao dependente químico, à criança vulnerável e a mulher vítima de violência. Quando

isso realmente é prioritário na agenda de um Governo, é seguido de rubrica orçamentária. Se não é seguido de rubrica orçamentária isso se chama demagogia.

O que temos de fazer, e me proponho como parlamentar nesta Câmara e acredito que meus colegas também, é no final deste ano fazermos um movimento para que não só não reduza, mas como aumente a rubrica orçamentária para os próximos anos. Não há como mudar isso se a prioridade no Governo não mudar. Não adianta, sem recurso provisionado não existe como investir na política. Vai sim ser fechado o serviço. Vai sim ser fechado o fomento e não só na Assistência. Daqui a pouco vamos começar a ver o fechamento de CEI, UBS. Se a gente não fizer, como a Vereadora Soninha disse, a gente está arcando também com o preço do quê? Desse congelamento no preço da passagem. Ora, então a gente tem de reconhecer que foi uma irresponsabilidade, que também foi demagogia. Por que se você explica para o povo que tem que subir porque senão os outros serviços todos vão deixar de funcionar, é óbvio que o povo vai entender. É óbvio que o povo vai entender que existe um custo e que esse custo vai chegar para ele também e muito mais caro do que um aumento proporcional na passagem de ônibus e é o que está acontecendo.

Temos de nos organizar de forma suprapartidária, como tenho dito, porque se começarmos de alguma forma...às vezes as pessoas falam: “Nossa, Patrícia, você é do Governo, você é do PSDB e você se coloca em uma postura crítica.”

Na primeira semana do Governo do Haddad eu fiz uma visita a ele e falei: “Prefeito, a eleição acabou. Na eleição somos adversários; no governo, eu sou aliada a não ser que você faça uma coisa que é uma barbárie.” Eu não acredito nessa coisa oposição por oposição. Eu não acredito nisso. O dia em que tivermos um pensamento de que a eleição acabou e agora a sigla partidária abaixa e vamos governar para o bem comum, para quem está na ponta, nem para rico e nem para poderoso. O dia em que enchermos os auditórios para esse fim, não tenham dúvida de que São Paulo irá mudar. O jeito de fazer política vai mudar e vamos ter representantes de qualidade e uma Cidade justa, mas vamos ter que mudar a nossa forma de

pensar também.

Então, contem comigo para fazer pressão e para mudarmos o orçamento para a Assistência Social. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) - Passamos agora a palavra para o Sr. Luciano Andrade Teixeira, usuário do albergue Lígia Jardim. (Pausa) Ele não está. Então, Sr. Lucas de Almeida, usuários dos serviços da SMADS.

O SR. LUCAS DE ALMEIDA – Bom dia. Acredito que sou o primeiro usuário a falar nesta audiência. Vejo com muita preocupação os dois lados. Pelo lado da incoerência de certos Vereadores, no momento em que a população e os trabalhadores falavam e eles cochichando, dando risada, um desrespeito ao trabalhador do serviço, mas também ao momento de ter virado as costas porque eu acredito que a gente vive em uma democracia e a gente tem que escutar os dois lados.

Eu queria falar primeiro dos SEAS. O corte referente ao SEAS todos que trabalhamos - hoje eu trabalho também na saúde dentro do consultório na rua - eu tenho a Juliana, a Fernanda que são do SEAS Santa Cecília. Eu vejo o vínculo e o cuidado que elas tinham e têm com os conviventes em situação de rua. Elas eram a ponte e não apenas para assistência social, mas para o trabalho, para a moradia, para construção da autonomia.

Vereador Suplicy, não vamos vender o almoço para comprar a janta. Não vamos tirar o CEAS matutino para colocá-lo à noite.

A mesma assistência que a pessoa precisa à noite, de madrugada, ela vai precisar de manhã também, quando ela acorda com fome. (Palmas)

O que eu queria ressaltar, também, é uma forma do nosso Secretário. Eu queria até parabenizar o Secretário, o Felipe, pela coragem que ele tem de enfrentar as pontuações da assistência porque são muitos.

Vocês, trabalhadores, representam a gente. Hoje eu posso falar, porque sou meio usuário e meio trabalhador. Vocês representam as pessoas que estão em baixo das pontes

morrendo de fome e de frio.

Mas o que eu quero falar é sobre o que escutamos sobre a questão da caridade: você pode sair hoje na Praça da Sé. Eu já fiquei lá num domingo esperando marmitta. Não tinha horário para a pessoa passar com o rango lá. Não tem.

A gente escuta falar “a entidade está fazendo mais que o serviço”. Mentira! Podem pegar 100 pessoas em situação de rua. Eles vão dizer: “Não é garantia que o grupo religioso vai passar lá na praça, não”.

Eu tenho aqui a Cláudia, Gerente do Núcleo Boracéia. Eu tenho certeza de que, no domingo, ao meio-dia, vou conseguir almoçar lá, e os usuários vão conseguir almoçar lá.

Eu tenho, sim, críticas à gestão Haddad. A Luciana Temer não me representou. Eu vivi num Centro de Acolhida. Fui expulso. Tem mais de 200 pessoas que foram expulsas da forma mais desumana possível. Foi no Nova Vida.

Uma das Vereadoras, a Vereadora Juliana Cardoso, abriu o gabinete dela, junto com o Alderon, que nos apoiou naquele momento.

Acredito que tem, sim, muita discussão. Tem muita luta porque vocês representam muitas pessoas. Porém a gente também tem algumas questões de avanço.

Tem questões de vagas.

Ontem, eu estava numa inauguração do Sesc e encontrei várias pessoas em situação de rua.

Eles falaram: Lucas, hoje, a gente está tendo vaga através do CTA. A gente está conseguindo ter emprego, Suplicy, através do Emprego Novo.

Então, a gente não pode, também, apenas criticar. Temos que ter um trabalho em conjunto, com diálogo.

É importante termos o CEAS, ele resiste; os núcleos de convivência e os equipamentos. Nenhum equipamento a menos.

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu queria informar que a Deputada e ex-Prefeita Luiza Erundina viria hoje, mas, como faleceu um seu parente muito próximo, ela não pode estar presente.

O Padre Lédio nos envia uma notícia preocupante: o Ministério da Justiça anulou a reserva indígena do Pico do Jaraguá. Acho que isso é algo muito sério. Vamos, sim, nos empenhar para que isso não aconteça. Eu estive lá algumas vezes com o Vereador Toninho Vespoli. Nós ficamos muito entristecidos com essa notícia. Vamos ver se conseguimos reverter.

Agora, o Sr. Elgídio Alves Carvalho, do Fórum de Direitos da Criança e Adolescente de São Mateus. Depois, o Sr. Carlos Henrique pode se aproximar.

O SR. ELGÍDIO ALVES CARVALHO – Obrigado, Senador.

Boa tarde a todos e a todas.

Queria cumprimentar esta Mesa que resistiu aqui até agora, com os que foram corajosos, mediante o desrespeito que o Secretário fez com toda Mesa e com a plateia. Gente! Obrigado Suplicy, Juliana Cardoso e todos os presentes.

Eu sou de São Mateus, zona Leste, área de 45 mil metros quadrados, 600 mil habitantes, para mais, área de alto índice de vulnerabilidade social, como há em tantas instâncias desta cidade.

Quero dizer que o Fórum de São Mateus, há mais de 40 anos, trabalha com afinco, com as entidades sociais de São Mateus para tirar crianças, adolescentes e jovens das ruas e dar oportunidade, aliás, como este que vos fala. Sou ex-educando, Senador, do (Ininteligível).

Vejam, a oportunidade de uma pessoa estar numa posição deve ser dada no momento certo. A política da assistência social só existe, porque existem pessoas que precisam dela. É obvio. Contudo, não é possível à maior megalópole da América Latina e do mundo, com o maior orçamento do mundo – não é isso, Márcia? – com 55 bilhões de orçamento, como foi dito aqui, assistir ao desmonte do serviço social da cidade de São Paulo.

Contudo, também, tem que ficar claro aqui o seguinte: nós estamos literalmente numa luta de classes. (Palmas) Eu não entendo como jovem negro da periferia, aliás, quero que fique registrado que o Sr. Vereador de São Paulo Fernando Holiday, do DEM, não nos representa.

- Manifestação na galeria.

O SR. EUGIDIO ALVES CARVALHO - Queria dizer que eu, como jovem, não agora, mas um pouco antes, da (Ininteligível) juventude de São Mateus, Senador Suplicy, nos meus grupos de jovem discussão, a gente fazia o Transiarte, o que é isso? É a periferia trabalhando na arte para levar alegria para o povo, feita pelos jovens da Igreja Católica Apostólica Romana. Aliás, diga-se de passagem, hoje, mudou muito a sua conduta. Cá para nós.

Mas voltando à questão, quero dizer que São Mateus está aqui companheira Rosimeire, do CPA Padre Bello e outros companheiros aqui. Eu como ex-(Ininteligível) de São Mateus, quero dizer que o Estatuto da Criança, que nós lutamos muito para conseguir, está sendo rasgado. O Estatuto completou 27 anos, no dia 3 de julho, no entanto, ao invés de nós lutarmos juntos, sociedade, Poder Público, pelo aumento das políticas públicas e a atenção básica – até porque na periferia eu não vejo nenhum orçamento para a cultura, esporte, lazer e saneamento básico.

Se eu não tenho prioridade absoluta para a implementação dessas políticas, como que eu vou tirar um centavo do orçamento para atender pessoas que estão morrendo de fome?

Quero cumprimentar a Fernanda, do Comas. Salva de palmas para a Fernanda.
(Palmas)

Na Conferência Municipal nossa, realizada na sexta-feira, fomos desrespeitados. Nós vamos em outubro para dizer para todo Estado o que este município faz com o social.

Então gente, eu quero dar dois encaminhamentos, para finalizar: o primeiro para a Mesa, que se faça um documento para o Ministério Público, registrando o descaso que o

Executivo teve com essa assembleia, para que se manifeste, afinal estão lá para nos representar e para cobrar. (Pausa) Pois deveria.

E para nós, aqui da periferia, do outro lado do gueto, porque estamos do outro lado da trincheira, quero fazer uma proposta: o diálogo com este Governo não existe, porque estamos numa luta de classes. Outra coisa, o Prefeito João Doria é o general deste comando, não dá para esquecer disso.

Então precisa cobrar o João Doria que ele foi eleito para governar para todos, não para os empresários que fazem especulação imobiliária a toda hora. Esse é o recado para o Prefeito.

Que nós possamos, gente, nos unir na periferia e fazer a parada lá. Convocar os usuários, os munícipes, os atendidos e denunciar que nós estamos perdendo direito. Para isso, no dia 25, na sexta-feira, na Estação José Bonifácio, a periferia vai parar a Radia Leste, São Mateus

- Manifestação na galeria.

O SR. EUGIDIO ALVES CARVALHO - ...Cidade Tiradentes, Guaianases, Itaquera, e vamos dar o recado.

Até porque este Governo tem medo da mídia, já que é mídia que eles querem, vão para mídia, porque nós não vamos desistir.

E aí, companheiro Suplicy, para fechar, como diz o Mano Brown, que você gosta tanto a periferia vai sobreviver.

Rumo à luta, estamos juntos. Juntos somos mais fortes. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Eugídio Alves Carvalho, pelo seu depoimento.

Carlos Henrique, do Comas, segmento dos usuários, em seguida a Vereadora Sâmia Bomfim.

O SR. CARLOS HENRIQUE – Bom dia a todos e a todas, aos trabalhadores do

SUAS, às trabalhadoras. Cumprimento à Mesa.

Fui muito contemplado com meus colegas que me antecederam, como o Eugídio, fui muito contemplado. Vou ser breve com minha fala.

Queria dizer para um usuário que falou uma questão aqui que é assim, a gente tem que respeitar, como eu morei na rua, acho que a gente tem que respeitar quem quer ficar na rua, tem que respeitar. Se ele quer ficar na rua, respeite. Não pode também querer jogar a pessoa num serviço, sem ele querer. Ninguém é obrigado a nada. Eu acho que tem que respeitar isso, a questão da população de rua.

Eu passo lá no Pátio do Colégio, na Sé, tem que respeitar os companheiros se eles querem ficar lá, os deixem lá. Porque o que está acontecendo, Vereador Suplicy, - deixe o Alderon terminar a reunião. Desculpe, companheiro, mas não dá. Eu preciso falar.

Eu tenho uma denúncia para fazer sobre a questão da comida que está sendo distribuída na rua. Não é caridade. Se as pessoas estão na rua, porque muitos estão na rua porque querem mesmo, é uma opção deles.

Acontece que a Polícia Militar está fazendo uma represália com essas pessoas, multando os carros, para poder impedir que as pessoas deem comida na rua. Entendeu? Está havendo uma represália contra essas pessoas. Teria de ver em que pé se dá isso. Está havendo mesmo, há pessoas que estão desistindo de colocar o carro ali, porque estão com medo de ser multados. Encostou o carro para dar comida, a Polícia Militar vem junto, pega a placa. Está um problema muito sério.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pode informar onde se deu isso?

O SR. CARLOS HENRIQUE – Isso se dá na Sé e no Pátio do Colégio, principalmente ali perto da comissão...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Especialmente de noite?

O SR. CARLOS HENRIQUE – À noite, à noite. Os carros encostam e a Polícia

Militar já vem e já quer saber qual o nome da instituição, quer saber quem está dando a comida e já pega a placa do carro e já vem multando.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Vamos comunicar isso ao Secretário de Segurança.

O SR. CARLOS HENRIQUE - Eu estou muito feliz, mas estou muito infeliz com este Governo, mas estou muito feliz por uma questão: estou no Conselho Municipal há um ano e pouco, estou quase concluindo o meu mandato, e temos uma presidente corajosa, que merece uma salva de palmas, e que é a Fernanda Campana. (Palmas)

Porque, atualmente o Comas tem tomado umas atitudes realmente coerentes e tem defendido a sociedade civil. E nós não temos medo do Poder Público. O Poder Público pode nos ameaçar, botar dedo em nossa cara, mas vamos estar firmes. E vamos para a luta. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Carlos Henrique.

Vamos ouvir agora a Vereadora Sâmia Bomfim.

A SRA. SÂMIA BOMFIM - Bom dia a todas e a todos os presentes, trabalhadores do SUAS, usuários e também a todos os colegas Vereadores.

Cumprimento o Presidente Suplicy e, assim, estendo o cumprimento a todos os Vereadores.

Começo lamentando a saída do Secretário Sabará. Eu acho que é importante registrar isso, porque, neste momento que há uma série de usuários e trabalhadores e demais Vereadores colocando o seu posicionamento, o Secretário não está para nos ouvir. Eu nunca vi isso acontecer aqui na Casa. Estou aqui há oito meses e nunca vi um Secretário sair fugido, sem nem ao menos dar tchau e nem ao menos dizer se ele vem em outra ocasião ou não. Mas digo para ele que já há mais duas comissões que o convocaram e ele terá de estar presente. Inclusive, a nossa CPI da Condição de Vulnerabilidade das Mulheres, porque, dentre outras

coisas, ele tem muito a explicar com relação ao desmonte da rede de enfrentamento à violência contra as mulheres no Município. Vocês também sabem que o desmonte do SUAS significa uma sobrecarga das tarefas das mulheres nos lares. Aliás, o desmonte de todos os serviços sociais, da Saúde, da Educação, porque cabe às mulheres, na ponta, cuidar dos idosos, cuidar das crianças, cuidar, enfim,... Desenvolver os papéis que deveriam ser garantidos pelo Estado e que constitucionalmente são garantidos pelo Estado, mas que hoje, neste País, para que servem as leis, né. Os diferentes governos fazem o que querem, independentemente dos anos de contribuição, de acúmulo, inclusive das garantias legais e constitucionais.

No meu ponto de vista, a atual Gestão foi eleita e segue desenvolvendo principalmente sobre os pilares do marketing. E isso em todas as áreas, todas as Secretarias têm a sua consequência. Na Secretaria, na SMADS isso também tem a sua faceta. Então, por exemplo, o próprio tema dos CTAs. Esses CTAs novos, que foram criados, que ele mesmo colocou: “Olha só, são empresas que estão destinando, para a Prefeitura”. “Vocês têm alguma empresa”..., inclusive, que é um desrespeito, uma falta de conhecimento da vida do trabalhador, dos usuários que estão aqui presentes. “Se vocês tiverem e quiserem dar algum emprego para alguém, que esteja em situação de rua, estamos à disposição. Olhem como essas empresas são bacanas!”. E aí vai lá e lista todas as empresas doadoras. Isso, primeiro, que fere todos os princípios da Administração Pública, todo e qualquer princípio, porque não abre licitação, não abre concorrência e garante, enfim, a abertura de serviços a partir de uma relação que se sabe lá qual é, das relações que o Prefeito João Doria e o Felipe Sabará têm com os empresários. Enfim, e mostra que o único compromisso que ele tem, na verdade, é poder dar espaço para esses setores da iniciativa privada colocarem as suas garras sobre tudo aquilo que deveria ser de responsabilidade o Estado: política pública e serviço público garantidos pela Prefeitura e pelas diferentes Secretarias.

Então, isso é um absurdo, porque, primeiro, você subverte a lógica do Estado, de

ter de garantir os serviços públicos, mas também você passa por cima de todas as formulações profissionais, políticas sobre o próprio..., a formulação do SUAS. Porque qual é a justificativa de abrir um CTA em uma região que não tem alta concentração da população em situação de rua? Sendo que há outros locais em que já existem serviços com a mesma condição, e que estão sendo simplesmente depredados, deteriorados para justificar essa lógica de privatização, porque, quando se sucateia o serviço público, a saída mais fácil, mais óbvia é de que a iniciativa privada é a que resolve. Mas o que a iniciativa privada entende de atendimento a idosos, à juventude, à população em situação de rua, à mulher em situação de violência? Essa iniciativa privada não tem equipes e equipamentos destinados a isso nem respeita qualquer tipo de formulação e também passa por cima do COMAS, que é não definiu se gostaria que CTAs fossem abertos ou não.

Quero abordar também o tema da forma como os trabalhadores estão sendo tratados. Como vocês mesmos muito bem contaram, são no mínimo quatro técnicos para cinco mil famílias, mas em alguns lugares nem isso está sendo respeitado. Além disso, há a própria política do assédio moral, que é sistemático. Inclusive, na última semana, ocorreu um ato aqui em frente à Câmara, muito bonito, e nós ficamos sabendo de trabalhadores que não vieram por medo da perseguição, já que, às escondidas, foram feitas reuniões de muitas das OS e ONGs como Secretário Filipe Sabará, e os profissionais que trabalham nesses lugares estão com medo. Apesar de legítimo, quero dizer a vocês que, muitas vezes, a lógica do medo nos aprisiona, nos paralisa; mesmo aqui na Câmara de Vereadores, quando somos a minoria e quando temos disposição de ir para cima do Secretário, mas ela não pode nos balizar, porque o medo nos coloca no lugar de subalternos e de submissos. E tenho certeza de que todos os trabalhadores do SUAS são tudo, menos isso, porque são de uma categoria muito lutadora, com muitas conquistas e que, neste momento, está à disposição de ir para cima e derrubar o primeiro Secretário da atual gestão pela força da própria população.

Outro elemento que queria abordar é essa relação direta que o Secretário diz que

tem com o Governo Federal, já que ele mesmo falou pelo telefone com o Governo Temer, que ia garantir o repasse. Olha, não sei que tipo de relação direta e secreta um Secretário de uma Prefeitura tem com o Governo Temer, que tipo de relação de amizade é essa. Num momento em que somente 4% da população aprova esse governo, o Secretário se mostra tão amigo e tão próximo, assim como o Prefeito João Doria.

Saibam vocês que os municípios deixaram de receber 471 milhões em verbas destinadas a assistência social entre 2016 e 2017. Porém, há verba para o Criança Feliz, que inclusive não passou por nenhuma formulação e tem a ver com a lógica também da volta do primeiro damismo, porque colocam a Marcela Temer para visitar prefeituras e Secretários e engatam um discurso como se os pobres, os moradores da periferia não soubessem criar seus filhos; como se isso também não fosse uma consequência da ausência do Estado e da ausência do Poder Público, que não dá autonomia para que essas famílias tenham condições mínimas de educação e de formulação. Justifica-se o Criança Feliz ao mesmo tempo em que se desmonta o SUAS, se desmonta o SUS, em que se fecham creches, impedindo o atendimento à população e o seu acesso a serviços que deveriam ser garantidos. Isso é um absurdo completo.

Por isso, aqui nesta Casa, há a iniciativa de uma série de Vereadores de formular a Frente em Defesa do SUAS, que eu acho que temos que concretizar o mais rápido possível a fim de se ter mais um peso institucional de apoio e amparo à iniciativa que o movimento popular, o social e o de trabalhadores também já tem.

Para concluir, quero dizer que não há mais verba para nada: para o SUAS, para o SUS, para a educação, mas há 35 milhões garantidos para o marketing do Prefeito, para ele dizer que faz uma cidade linda, uma cidade limpa, programa que, na verdade, tem se mostrado como uma política higienista, que aceita acordar população em situação de rua com jato d'água na cabeça na Praça da Sé, que, apesar de haver uma série de decretos, permite que a Guarda Civil Metropolitana arranque documentos, cobertores e papelões, todos itens básicos para a

população em situação de rua viver com o mínimo de dignidade. Isso é inadmissível. Peço que o Secretário reveja essas ações e dê um conselho à Prefeito João Doria, que foi quem o indicou, como parte de uma cota pessoal; inclusive a postura que o Vereador Fernando Holiday teve aqui também foi absolutamente desprezível, mas isso porque ele também é muito amigo, muito próximo do Secretário Filipe Sabará e também faz parte de sua cota pessoal. Logo ele, que diz que faz tantos congelamentos de gastos em seu gabinete, coloca pessoas de sua confiança nas demais Secretarias, que é para poder justificar todo o seu poderio político na Prefeitura. Isso é inadmissível, e ele deveria rever os gastos e priorizar os serviços sociais, e não desprezar a população em situação de rua, a população mais vulnerável e os trabalhadores da Cidade. É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Vereadora Sâmia, sempre muito atenta a esses problemas, pela sua contribuição.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Antes de passar ao próximo, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Pela ordem, Vereadora Juliana.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estou aqui agoniada, porque ainda faltam 9 pessoas. Já são 13h05, daqui a pouco a gente vai esvaziando e a gente não vai se ouvindo. Peço aos próximos oradores que tentem ser breves e objetivos para conseguirmos dar conta de ouvir todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Se for possível, então, cada um usar no máximo 1 minuto e meio, poderemos ouvir todos.

Davi Oscar, do Coletivo Trabalhadores em Luta. Em seguida, Maria Cristina da Silva, do CAE Brigadeiro.

O SR. DAVI OSCAR – Bom dia. Na verdade, boa tarde a todos. É que a gente perde a noção por conta dessa palhaçada que o Secretário fez com a gente, mas resistimos.

Vim aqui representando o Coletivo Trabalhadores em Luta. Quero deixar bem claro que não sou PT, sou o povo. (Palmas) Não adianta virem as redes sociais ameaçarem a gente, não. Não adianta ligarem por telefone restrito, derrubarem página de Facebook, porque a gente resiste. Estou aqui representando aqueles que estão sem dormir, trabalhadores que estão ficando doentes, sendo ameaçados por esse governo higienista. Vereadora Soninha, um minuto da sua atenção: no dia 31, passaram para a senhora que havia grupos radicalizados, mas esses éramos nós. Em nenhum momento, no dia 31, houve qualquer ato radical. Radical é o que esse governo vem fazendo com os trabalhadores do SUAS. Radical é o que estão fazendo nas nossas ruas, nos nossos perímetros. (Palmas)

Agradeço à: Fernanda, Ricardo, Perroni, Paixão; a todos os que estão junto com a gente nessa luta. Venho fazer um encaminhamento. Se for possível, todos hoje no sindicato às 15 horas. Fomos convocados meio clandestinamente para não haver aglomeração, mas vamos aglomerar sim, porque todos aqui são trabalhadores. Se tem esse remanejamento, vamos todos lá saber o que é esse remanejamento e as condições dele.

Também venho informar que se for preciso ocupar, vamos ocupar lugares sim.

- Manifestações e aplausos no recinto.

O SR. DAVI OSCAR – Não gosto de falar por trás, mas acho que está filmado, ele vai conseguir ver: ao Sr. Vereador Caixa Dois... Ops, Fernando Holiday, eu queria deixar só um abraço para ele e dizer que se essa voz que é a voz do povo não vai prevalecer, qual irá? Será a nossa voz. (Palmas)

A SRA. SONINHA FRANCINE – Presidente, só alguns segundos. Só para dizer o seguinte: ninguém me informou, eu vi o vídeo com a maneira como o Secretário interino, na ocasião, foi escorraçado. Como até uma trabalhadora disse aqui, eu não acho que isso dê razão a ninguém; muito pelo contrário: tira a razão. Ninguém me contou que foi radicalizado, houve uma pressão que eu considero equivocada. Sequer era o Filipe Sabará, e, mesmo que fosse ele, eu discordo de atitudes desse tipo. Acho que a gente pode protestar, até mesmo

radicalizar, mas...

- Vaias e manifestações no recinto.

A SRA. SONINHA FRANCINE – Não, isso é crime. Isso é crime. Matar alguém é crime e sempre será. Mas a gente não está defendendo nem crime nem agressão.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Eu queria aqui dar uma informação que o Defensor Alderon nos disse, importante, sobre os catadores e catadoras. Haverá uma assembleia de catadores e catadoras de material reciclável do Glicério para deliberar sobre as ameaças de despejo que estão por acontecer ali na rua Teixeira Leite, 140, 23/08, quarta-feira, às 9h30.

Tem a palavra a Sra. Maria Cristina da Silva, do Centro CAE – Brigadeiro.

A SRA. MARIA CRISTINA DA SILVA – Boa tarde a todos. Sou acolhida e representa a Casa CAE Brigadeiro, centro de acolhida para mulheres em situação e vulnerabilidade social. Em nome de todas as assistentes sociais do CAE Brigadeiro, queremos dizer, todas nós, que somos gratas pelo trabalho.

Infelizmente o Sr. Felipe Sabará não está presente, mas eu gostaria de fazer a seguinte pergunta: Como ficará a situação do CAE Brigadeiro? Queremos uma garantia de que tudo se normalizará. Os cortes já se iniciaram pelos profissionais da segurança 24h no CAE, porque não sabemos o que pode vir a acontecer nessa gestão Doria.

A única coisa que nós, mulheres, que somos acolhidas no CAE, queremos é moradia. Não queremos ficar de albergue em albergue. Temos no CAE crianças e adolescentes. E, infelizmente, o Prefeito Doria e o Secretário Sabará estão deixando a desejar. Já fiz o convite para que ambos compareçam lá, para ver a situação em que estamos, mas nenhum deles, até hoje, nos deu um parecer.

É isso que quero deixar claro. O SUAS resiste e existe. Não ao desmonte do serviço social!

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Quero informar à Sra. Maria Cristina que vou convidar outros membros da nossa Comissão porque temos o compromisso de visitar o CAE Brigadeiro. Esta semana, iremos lá. (Palmas)

Tem a palavra o Sr. Mauricio Ferreira, do Movimento Coletivo dos Concursados.

O SR. MAURICIO FERREIRA – Boa tarde, componentes da Mesa, Vereadores e Vereadoras, representantes da sociedade civil.

A nobre Vereadora Sâmia falou uma coisa importante, que é a questão do medo. Eu estou desempregado, estou concursado, mas desempregado. Não tenho medo, porque não sou chamado, não sou efetivado; o meu medo é futuro, porque agora há uma nova portaria que, se você está no estágio probatório, você é perseguido, mais ainda do que já era. Então, eu nem assumi, e já tenho medo do futuro.

Creio que, para muitos aqui, a importância de estar trabalhando, de estar assumindo uma condição importante na assistência social é mais do que relevante, é necessário, é urgente. Não chamam os concursados, mas há uma nova publicação do dia 17 de agosto de uma autarquia da Prefeitura Municipal de São Paulo, que convoca novos concursos para assistentes sociais. Eu gostaria muito que a Frente Parlamentar que está para ser formada investigue isso e interrompa esse processo, porque se não há dinheiro, como é que vai se contratar novos assistentes sociais em concurso público? E os que fizeram concurso? E os que não estão sendo chamados?

Gostaria também de encaminhar para essa Mesa um cronograma efetivo, porque o Secretário, publicamente, assumiu compromisso de chamamento para o ano que vem, mas ele não falou em data. Ele não falou num cronograma. E que isso fique público também: que ele tenha, por obrigação, já que assumiu o compromisso público de chamamento, que ele assuma publicamente também – que haja um compromisso público – de um calendário de quando seremos chamados. Porque nós queremos trabalhar, queremos estar somando na Assistência

e a Assistência está em falta.

Não há recursos humanos para atendimento à população. Se não há nas OSs, também não há nos concursados. É grave. É uma situação urgente. E é necessário. Que se cancele esse concurso público que foi colocado em edital do dia 17 de agosto em *Diário Oficial* e que se haja a convocação, se é necessária realmente a contratação de assistentes sociais e outros profissionais na Prefeitura de São Paulo que se proíba qualquer novo concurso e que se convoque aqueles que, por direito, por muita luta, fizeram a prova, e passaram e pagaram e têm todo o direito de estar assumindo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Maurício, acho que é relevante você informar, você fez então concurso para? Assistente social?

O SR. MAURÍCIO – Assistente social, na Gestão Haddad.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Em que data por favor?

O SR. MAURÍCIO – Dezembro de 2014.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Em 2014, e está aguardando até hoje?

O SR. MAURÍCIO – Até hoje. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado. O Secretário bem responda essa pergunta. Eleci Avelino, da Associação Comunitária Mulheres do Movimento Sem Terra. (Pausa) Então, Sr. João Batista Pires, da FAS, em seguida, Vereadora? (Pausa) Mais tarde.

O SR. JOÃO BATISTA PIRES – Vou falar rapidamente para não tomar muito tempo. A primeira coisa é o seguinte: é contra a Portaria 41. Contra o fechamento dos serviços de Ceas do período matutino. Contra a demissão das equipes que fazem o trabalho o ano inteiro de criação de vínculo. (Palmas) Nós temos dinheiro nessa cidade, mas o dinheiro está na mão da burguesia que não paga o IPTU como deveria pagar. Parece que inclusive o próprio Prefeito estava com algumas pendências nessa área, além da Carteira de Habilitação, mas não

vamos entrar nesse detalhe.

Então é contra a Portaria 41. Não existe almoço de graça. Se esses empresários todos estão dando essas verbas agora, em algum momento eles vão querer. Mas já estão recebendo porque não estão pagando todos os impostos que deveriam. Porque as fortunas também precisam ser taxadas de uma maneira correta. Todos nós pagamos impostos aqui e nós sabemos que quem ganha mais tem de pagar mais.

A pessoa que está em situação de rua, eu trabalho na Cracolândia, o fluxo não desapareceu, para a Vereadora que estava aqui, inclusive ficou muito no celular, e depois foi embora junto com o Filipe Sabará, ela não sabe da realidade, o fluxo está bem lá na parte da praça Júlio Prestes, quem quiser ver está lá, esperando alguma ação repressiva talvez, porque ação educativa não está tendo mais. Então temos de trazer isso. E as pessoas que estão realmente em situação de rua e tentar entrar no CTA, que está realmente numa situação de grave vulnerabilidade, elas não são aceitas, nós sabemos disso. Há pessoas que estão em situação de risco muito grave e o emprego nesse momento ainda não é a solução, elas precisam de outro tipo de cuidado. Então não queremos a cidade limpa só, mas queremos cidade acolhedora. Contra a Portaria 41, vou repetir. Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, João Batista Pires. Agora, Antonio Marques de Assis, representante dos usuários. Em seguida, Maria Cecilia Herzer Mattos Apostolopoulos, coordenadora da entidade Espaço Aberto.

O SR. ANTONIO MARQUES DE ASSIS – Boa tarde, senhores. Meu nome é Antonio Marcos, sou usuário e simeão. Agora, graças à nossa Presidente, eu me elegi para delegado estadual do Comas.

Vou falar duas coisas rápidas. Primeiro, quero agradecer ao Comas, à Presidente, ao pessoal que deu a maior atenção na convenção. Segundo: por que o meu repúdio ao Secretário? Por ele ter saído sem dar satisfação.

Por que, na verba que vem do Governo, não há transparência na Assistência

Social? O que está acontecendo com a transparência? Ou está havendo algo errado? Eu inclusive estudo no Instituto Observatório Brasileiro, na Liberdade, e levantamos as verbas dos governos. Vocês sabem quanto um banqueiro recebe da União? A União paga ao banqueiro 55,6%; 2% são para a saúde, 75% para isso. Por que o banqueiro ganha mais que todo mundo, 55,6%? Então, me digam: não há verba? Mas para pagar o banqueiro tem verba? Obrigado, gente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Obrigado, Antonio Marques de Assis.

Tem a palavra a Sra. Maria Cecilia Herzer Mattos Apostolopoulos, coordenadora da entidade Espaço Aberto.

A SRA. MARIA CECILIA APOSTOLOPOULOS – Bom dia a todos. Eu queria só fazer uma pergunta ao Sabará - que infelizmente não está aqui, muito menos a assessoria dele, pois não estou vendo ninguém aqui do gabinete dele. A pergunta que temos feito desde o dia 20 de julho é se a Portaria 41 será ou não revogada. Ele não responde esta pergunta.

Houve também insistência da nossa parte para que essa portaria fosse pelo menos congelada para que fosse revista. Também, pelo que sabemos, também não foi. Aí, vem nosso estranhamento: desde a semana passada estamos tendo um chamamento meio obscuro de que vai haver uma reunião no Gabinete. Já ocorreram duas - a última das quais participei – com membros do gabinete e algumas outras pessoas que não se sabe como apareceram. Eu mesma nem sei como acabei indo, porque disseram que o FAS deveria estar presente. Perguntaram quem do FAS iria, e eu disse: “Se não tem ninguém, eu vou”. Porque ninguém queria discutir essa questão, por outras implicações que há.

Nossa grande dúvida é: haverá a suspensão da portaria? Haverá congelamento da portaria? Haverá revogação da portaria? E que reunião é essa que está acontecendo? E hoje, às 16 horas, ocorrerá novamente, e eu irei porque quero saber o que está acontecendo.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito bem. Obrigado, Maria Cecília Apostolopoulos.

Tem a palavra a Sra. Regina Paixão, do Fórum de Assistência Social – Central.

A SRA. REGINA PAIXÃO – Bom dia. Só o Suplicy para quebrar a nossa atenção, não é? Está difícil hoje. Saúdo os Vereadores da Frente Municipal conosco. Gente, também estendo o convite à Patrícia Bezerra, que precisou sair, mas também precisamos de mais Vereadores conosco nessa luta, que começou lá atrás. Como o Egídio falou, há muita gente do SUAS aqui e estamos indignados. O Holiday não representa a Leste, muito menos o SUAS. Ele não representa nenhum jovem nosso de periferia que está na luta, que está nas conferências. Ele não representa nada. (Palmas)

Ele deve estar nos ouvindo, nos assistindo. Falando bem ou mal, ele acendeu a nossa ira. Vou mandar um recado para ele: estamos de olho na escola sem partido, que a gente já derrubou lá na ALESP e estamos de olho quando isso volta para a zona Sul.

Nós não temos mais tempo para esperar, a Assistência Social está na luta, precisamos, o quanto antes, Vereadores da Frente, agilizar, conversar, porque não controlamos mais o que está acontecendo com os trabalhadores. Não dá para sermos chamados de vagabundos, de sermos acusados de agir com desrespeito. Por que não está tendo diálogo? Porque não houve diálogo desde o começo. Isso alguém já falou aqui. Se tivessem nos chamado para estudarmos como está o SEAS, como melhorar, como cortar, a relação seria outra. Agora, não controlamos. Não dá para controlarmos vários trabalhadores que estão com aviso prévio, que estavam ali fora e não tiveram como entrar. Semana que vem vence esse aviso prévio. O.k., tenho total autonomia para dizer que não quero continuar com o CAPE, mas quem vai continuar? Também não sabemos. Como vai se dar essa transição? Tinha uma relação GMT, do Ministério do Trabalho, da qual todo mundo está falando. Algum trabalhador que está aqui foi chamado por outra ONG? Alguém do coletivo foi chamado por outra ONG? E que ONGs são essas? Também queremos saber.

Dentro de tudo isso, proposta para Mesa: é preciso descongelar urgentemente o Orçamento, principalmente para políticas públicas, não só para a Assistência. A Assistência é o primo pobre, nada vem para cá. Sabemos o quanto nós rodamos de gabinete em gabinete de Vereador aqui para explicar o que é a Assistência Social. Perdemos tempo debatendo, explicando, comentando, e agora ela tem visibilidade.

Por isso, companheiros, não podemos parar essa luta, que é cansativa. Estamos há uma semana juntos em conferências, trabalhando propostas e militância. Estamos aqui hoje e estaremos em breve também. Haverá um ato na sexta-feira. O Egídio falou que a zona Leste vai parar. Na Sul, nós vamos combinar de parar numa data estratégica para somarmos forças. Estão comigo milhares de assinaturas do coletivo de Casa Verde, Cachoeirinha, Freguesia do Ó e Brasilândia e adjacências repudiando toda a destruição da política de Assistência Social e exigindo, como nós, o descongelamento imediato do Orçamento da Assistência, a garantia de permanência de todos os serviços, sem o aditamento mensal, que dizem que não haverá, mas que queremos ver.

Eu conversei com a turma de NAISPD, com a do Centro de Defesa da Mulher. Está todo mundo sob risco, e precisamos fiscalizar se isto não vai realmente acontecer mesmo: a efetivação dos devidos chamamentos públicos; a revisão da Portaria 46; o respeito ao controle social no Município, respeitando-se o COMAS, algo que já foi bastante comentado aqui, e a inteira e imediata revogação da Portaria 41.

Há outro fantasma que assusta todos nós, e é bom que a Frente também saiba. O Sabará disse que vai rever custos, falou abertamente nos fóruns que está fazendo um estudo sobre alimentação. Quais os serviços que recebem alimentação? CCA, CJ, SAICAS. Nós seremos chamados para conversar sobre esse estudo ou vai vir de cima para baixo? Como vai vir isso? Queremos fazer parte dessa discussão. O diálogo é assim. Com todas as dificuldades nas gestões anteriores, foi assim, fomos chamados para conversar e não às escuras, não chamando as ONGs dos extremos de São Paulo às 18h? Como alguém saía de Parelheiros,

de Marsilac, de Lajeado para estar aqui às 18h no mesmo dia, desrespeitando totalmente também a nossa conferência? Mas já sabíamos que era estratégia.

Para fechar, não dá para deixar de falar, precisa revogar a 41, aí de acordo com a fala do João, de todos os trabalhadores que estão conosco na luta desde sempre.

Obrigado e obrigado a todo mundo pela presença até agora também. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado, Regina Paixão.

Vou pedir à Vereadora Juliana que diga as palavras conclusivas de nossa reunião, porque ela foi, inclusive, aquela pessoa que requereu que houvesse essa audiência pública.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Eles também querem fazer uma fala final. Eu falo primeiro e depois eles.

O SR. – Foi assinado nesta Casa hoje o atestado da prevaricação, falta de respeito, falta de diálogo, falta de conhecimento da política, faltando com a verdade. Acho que os elementos estão claro aqui que essa gestão tem um Secretário a frente dessa pasta que não perfil, que não tem conhecimento, que não tem habilidade política, que não tem conhecimento da política para estar a altura da estatura do cargo e da cidade que ele ocupa. E aí os Vereadores desta Casa tem a obrigação de apurar isso. E eu pergunto também se não faltou decoro ao Vereador Holiday por ter afrontado, por ter acusado toda uma categoria de profissionais que carrega e realiza a assistência social nas suas costas.

Então fica esse recado, fica esse dever de casa, que os Vereadores investiguem e apurem os indícios de tudo que foi feito aqui. É uma gestão acuada, é uma gestão covarde que foge de todos os debates. Fugiu do COMAS, fugiu da conferência e hoje fugiu daqui. São Paulo merece muito mais. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy)- Obrigado.

A SRA. – Rapidamente, pessoal, quero agradecer a participação de todos na estância máxima de participação e controle social que foram as conferências. Acho que resta

aqui deixar um número claro de participação aqui. Vereadores Suplicy e Juliana, nós tivemos só nas conferências regionais, sete mil, 611 participantes de todos os territórios presentes na conferência e de mais de mil na municipal. Então, a quem subestimou a participação da sociedade civil na conferência, dizendo que a conferência seria esvaziada, aguarde essa informação. (Palmas)

Quero me reportar também aos trabalhadores estatais dos CRAS, dos CREAS e dos Centros POP, que a gente sabe que hoje estão tão precarizados. E aqui já faço uma denúncia enquanto Conselho Municipal de Assistência, sobre a precariedade desses equipamentos estatais. Hoje nós temos informações, isso foi verificado por mim *in loco* num dos CRAS que eu fui, que não temos a quantidade, de acordo com a 9SUAS, nos CRAS e nos CREAS e o CRAS Grimaldi, que foi o CRAS que eu estive, há distribuição de senha. Então quero denunciar aqui a precariedade disso e já me reportar aqui aos trabalhadores do SASF, não sei se aqui temos trabalhadores do SASF, dizer da minha tristeza, da minha impotência e da minha indignação do conselho ter aprovado Criança Feliz. Eu acho que todos os conselheiros da sociedade civil aqui presentes votaram pela não aprovação, mas como vocês puderam presenciar no dia, foi vergonhoso nós aprovarmos esse programa.

Deixo aqui também uma tentativa já que a gente encaminhe uma investigação sobre essa fala do Secretário sobre a inauguração desses 15 novos CPAs que ele está dizendo, como está dizendo que vai ser doado, colocou aqui para que a gente se manifeste, se alguém quer inaugurar, fazer alguma doação, como se dará essa prestação de serviços, porque doar o equipamento, o imóvel, depois quem põe o dinheiro para fazer a mobília, o equipamento, a alvenaria, enfim. Para que a gente já se debruce sobre isso. Na fala do Vereador Fernando Holiday, só queria dizer que me impressiona muito, nós vivemos em um sistema de democracia participativa, representativa. Quer queira, quer não, ele foi eleito pelo povo, ele é Vereador mais desta Casa e me surpreende essa fala de “babação de ovo” porque ele não precisa disso, ele é eleito, ele não precisava desse tipo de discurso, esse sarcasmo.

Estamos em uma fase da democracia com quase 30 anos de Constituição que é desnecessária essa postura.

Agradeço as menções do conselheiro Carlinhos, do Fórum DCA de São Mateus.

Sr. Antonio, minha fala é para o senhor. Eu não elegi o senhor delegado estadual para conferências. O senhor se elegeu sozinho pelo seu protagonismo. Obrigada pela sua contribuição. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – É uma pena mesmo que o Secretário Filipe Sabará não tenha aproveitado esse interesse tão grande que vocês que trabalham como assistentes sociais, no Serviço Social, na Secretaria, em todas as entidades que interagem com a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social, que ele tenha avaliado que tinha um encontro ainda mais importante.

Eu acho que se o Prefeito João Doria souber ou se soubesse que havia uma representatividade, uma presença tão representativa aqui, certamente, teria dito que seria melhor ficar e ouvir até o final. Eu, pelo menos, se Prefeito fosse, teria dito isso ao Secretário. Vocês estão aqui desde as 9h, já são 13h30 e praticamente todos vocês ficaram aqui até o final, mesmo que o Secretário tenha saído.

Então, reitero que tudo o que vocês falaram aqui vai ser enviado a ele logo que a secretaria me encaminhar às notas taquigráficas. Vou solicitar a ele que responda por escrito cada uma das observações e perguntas que aqui foram formuladas tanto por vocês, pelos convidados, as entidades, ouvidores, representantes das entidades e de todos Vereadores.

Agradeço as Vereadoras e Vereadores que estão aqui até o final. E agora peço a Juliana Cardoso inclusive que possa ler o manifesto que o nosso querido Alderon Costa escreveu com uma sugestão. Se todos os presentes estiverem de acordo, até os Vereadores, então, isso que ele escreveu pode ser colocado como uma sugestão, consensualmente aprovada pela nossa plenária de hoje. Assim está bem, Alderon?

A SRA. JULIANA CARDOSO – Primeiro queria que vocês fizessem uma energia

positiva, apesar de tanto baque que estamos levando, tanta bofetada, mas desse um abraço ao lado do seu companheiro que está ai e agradecesse de verdade a solidariedade, dizer obrigado, companheiro, por você estar presente nesta luta.

- Manifestações simultâneas fora do microfone.

A SRA. JULIANA CARDOSO – Estou dizendo isso porque é um pouco do nosso cuidado. Quem vem da assistência, quem faz serviço e quem trabalha o dia a dia na rua, está lá na frente, é esse cuidado que vocês têm com as pessoas, é o cuidado com o ser humano, é o olhar de fato que a gente fala, que é olhar na bolinha do olho do companheiro e da companheira e dizer: “Olha, eu não tenho aqui e agora uma resolução imediata, mas tenho todo o carinho, respeito e amor para lhe dar neste momento e buscar uma solução”. Porque acho que isso é a essência de vocês. O que eles não sabem é que a construção da caminhada da criança, do adolescente e da juventude do SUAS, que a assistência social preconiza, foi uma luta diária, forte, de choro, de alegria, construída pela sociedade civil, pelos trabalhadores e por vocês.

Eles não têm ideia do que seja isso e quando vêm aqui com discursos que são claros, muito mais fortes, empoderados, infelizmente por uma sociedade que não enxerga o seu problema, empoderada cada vez mais pelo capitalismo e pelo neoliberalismo. É uma política de estado mínimo, uma política que o que resolve é só a iniciativa privada. O que melhora e o que só tem é o lucro. O povo no máximo tem de chegar sendo explorado pelo trabalho.

Só que eles não compreendem uma coisa: o quanto vocês são militantes na causa, porque aqui também temos trabalhador, mas também temos pessoas que são militantes da assistência social. A militância vai muito mais além do que uma carteira registrada, do que o período ou o horário em que você tem de bater seu cartão. É com essa força que teremos de nos unir uns aos outros, porque também estou preocupada que depois de todo o desmonte que fez e desmontou uma reunião para que houvesse finanças e assistência social era hoje. Não

era no dia em que estava todo mundo articulando e fazendo a discussão da assistência social na conferência. Constranger grupos e entidades sociais em vídeos para dizer que estavam juntos, que “estou conversando, estou dialogando” não é na verdade um diálogo e sim uma forma de intimidação que está tendo fortemente com os trabalhadores e entidades. (Palmas)

Estou dizendo isso porque agora teremos de ter cuidados. Vamos ter de ter cuidados, que são inclusive, olhar para os nossos companheiros e não entender por que hoje não está lotado como estava nas últimas segundas-feiras neste plenário e fora dele. É ter um olhar de que tipo de intimidação as entidades estão tendo para podermos fazer uma denúncia forte, porque vemos na atitude. Se um fica aqui com o outro muito junto, muito próximo, a gente vai dando iniciativa e vai dando principalmente esperança e coragem para a entidade.

Falo isso porque as coisas irão cada vez ficarem mais duras. Aqui na Casa, por exemplo, não sei se vocês observaram – Vereadores presentes e os que estão me ouvindo – é muito grave o que está acontecendo desde sempre. Primeiro, a questão de colocar pessoas lá embaixo para ficarem numa fila imensa para a entrada do povo, começou por isso. Segundo, toda vez que vem Secretário na Casa, vem uma grande frente de GCMs ou polícias militares que não são da Casa e ficam querendo intimidar, não só os trabalhadores, mas também os próprios Vereadores.

Outra questão é que não conseguimos, Vereadores, dialogar com a Mesa. Não aceito qualquer GCM, como fizeram comigo e outros Vereadores, que não nos deixaram entrar no plenário, que qualquer polícia militar ou GCM coloque a mão em mim, principalmente no meu local de trabalho, muito menos colocar a mão em algum de vocês por estarem fazendo a sua função.

Então, esse é um repúdio ao Milton Leite, Presidente desta Casa. Chega de repressão. Aqui dentro a gente não precisa de repressão. Aqui dentro a gente precisa dialogar e achar caminhos para que a sociedade civil seja ouvida.

Por fim, acho que está muito claro que esse desmonte é um desmonte geral e que

a gente tem de se fortalecer na base. Uma coisa é a articulação que vocês têm enquanto trabalhadores, sociedade civil e entidades, mas temos de ir além, “companheirada”. Temos de ir além, falar com os nossos jovens, com as nossas crianças, com os nossos idosos, com os pais e com as mães para eles entenderem o tipo de política de desmonte e de fechamento de serviço, porque blábláblá está aqui, empresa pode tudo. Fala que está doando o CAPS, serviço que ele está colocando agora, lembram que disse que farmácia vai fazer doação, que as empresas vão fazer doação? Depois que passou a gente viu o que estava incluso, a isenção de ICMS de 64 milhões. E os medicamentos? Quem irá fazer a incineração deles? É a Prefeitura da cidade de São Paulo.

Por fim, acho que a gente tem tarefas. Além de fazer a organização aqui, também trabalhar na base para que isso comece a sair para fora. Teve um resumo que o Alderon pegou bem e a gente teria de passar aqui na Presidência da audiência pública e passar com o fortalecimento dos Vereadores presentes.

“Solicito que seja expedida uma nota de repúdio ao desrespeito do Secretário Filipe Sabará, que saiu no meio da audiência, inclusive sem comunicar ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos e à Mesa desta audiência. Que seja avaliada a convocação dos empresários que estão doando os CTAs e que essas doações sejam fiscalizadas pela Receita Federal, pelo Tribunal de Contas do Município, incluindo essa Comissão.” Vou também aderir à Comissão de Administração Pública, que também cuida da questão de finanças, além de finanças.

“Solicito que a lista dos moradores de situação de rua que foram empregados e que seja tirada uma comissão de fiscalização desse programa para criar um mecanismo de transparência. Reforço proposta de criação de uma CPI para verificar a execução orçamentária e a regulamentação dos novos serviços.”

Então, acho que isso seria o resumo, claro que foram apresentadas outras questões aqui, mas a essência dessa discussão está nessa relação que o Alderon fez.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Se os Srs. Vereadores presentes estiverem de acordo com essa sugestão do Alderon, permaneçam como estão e se todos avaliarem como adequado podem também dizer que estão de acordo na forma como acharem melhor. (Palmas).

A SRA. JULIANA CARDOSO – Falta a revogação da Portaria 41, que não está aqui. Muito obrigada a todos. Despeço-me passando a presidência ao Vereador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Matarazzo Suplicy) – Muito obrigado a todos. Tenho uma conferência a fazer agora na Cidade Tiradentes, na Escola Alexandre Vannuchi Leme. Estão encerrados os trabalhos.
